



**Centro de
Documentação
25 de Abril**
Universidade
de Coimbra

Colecção E-Books

António Tomás Medeiros

Entrevistado por Elsa Sertório, de março a setembro 2015, em Alfragide
Versão escrita revista pelo entrevistado em outubro de 2015



NºEB 3

Nota introdutória à entrevista de António Tomás Medeiros

É no contexto mundial do pós-guerra e do início das lutas pela independência africana que é fundada em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império, uma associação do regime salazarista colocada sob a alçada da Mocidade Portuguesa. Pensada para aportuguesar os estudantes "ultramarinos", e para integrá-los na propaganda do império colonial "multiracial", ela depressa se transforma no seu oposto, isto é, num centro de *reafricanização dos espíritos*, segundo a expressão de Amílcar Cabral.

Muitos dos estudantes que passaram pela Casa dos Estudantes do Império tornaram-se grandes líderes dos movimentos de libertação e alguns vieram mesmo a ser ministros e presidentes dos novos países independentes. Dessas personalidades muito se falou ao longo destes últimos 40 anos. Mas raramente se fala daqueles seus companheiros de caminho que fizeram parte desses movimentos sem todavia alcançarem o protagonismo necessário que os coloca nos livros de história.

A história de vida destas outras personalidades proporciona, no entanto, uma perspectiva complementar das biografias mais proeminentes, no sentido em que combina, com a sua proximidade do centro dos acontecimentos, durante parte do trajecto, um distanciamento crítico de alguém menos preocupado em justificar uma "linha oficial".

Embora se tenha relacionado estreitamente com grandes dirigentes independentistas como Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade e tenha estado com eles na origem do Centro de Estudos Africanos, do Movimento Anti-Colonialista e do MPLA, António Tomás Medeiros sempre manteve um perfil discreto, sendo mesmo marginalizado no seio do MPLA e, mais tarde, do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

Tomás Medeiros, santomense de origem, é uma dessas figuras cujo testemunho merece estar acessível aos historiadores que se queiram debruçar sobre a história dos movimentos anticolonialistas.

Elsa Sertório

Lisboa, 4 de novembro de 2015

António Tomás Medeiros

Entrevistado por Elsa Sertório, de março a setembro 2015, em Alfragide

Versão escrita revista pelo entrevistado em outubro de 2015

Uma infância passada em São Tomé e Angola

Gostaria que começasses por contar quem eram os teus pais, a tua família.

O meu pai era filho de um transmontano de Murça, proprietário de grandes plantações de café e cacau em São Tomé e Príncipe. O meu avô era descendente de judeus. Quando houve a Inquisição, os judeus de Espanha fugiram para Portugal e ficaram instalados ao longo da fronteira. Ele não devia ser grande pessoa porque, quando o meu pai tinha dois anos, abandonou-o. E o meu pai foi entregue aos cuidados de um padrinho que imediatamente se ocupou dele, não lhe dando grande instrução, mas metendo-o como empregado de uma farmácia, onde lavava garrafas. O meu avô tinha uma propriedade que só podia ser visitada de carro, aquilo era enorme. Devia ser um vigarista, porque mais tarde desapareceu de São Tomé e nunca mais ninguém soube dele. Eu soube depois que ele tinha estado em Benguela, onde desenvolveu grande actividade comercial, chegando a ser presidente da câmara.

A minha avó paterna era escrava do meu avô. E como naquela altura não se discutia Sporting-Benfica, não havia rádio nem televisão, o silêncio da roça despertava o apetite sexual e fizeram seis filhos, que o meu avô também abandonou.

Até quando existiu escravatura em São Tomé?

A escravatura existiu oficialmente em São Tomé e Príncipe até ao século XIX, mas continuou a existir de forma camuflada até 1945, mais ou menos. Ainda assisti a uma venda de escravos quando era criança, na Procuradoria-Geral da República. O Henry Nevinson faz um relatório sobre essa escravatura moderna.

O meu pai não guarda lembrança nem do meu avô nem da minha avó, que ele nem sequer chegou a conhecer. A minha avó era angolana e diz-se que se chamava Judite. Nunca soube nada dela, nunca a via. O meu avô transmontano chamava-se António Alves Medeiros.

A minha mãe era neta, pelo lado paterno, de um escravo de São João Baptista da Ajuda (no Daomé). E a mãe da minha mãe era da família Espírito Santo, uma família nobre de São Tomé. Era daquelas velhas rabugentas, cheia de preconceitos. O meu avô era todo beato; quando havia procissões, ele é que levava a bandeira. Não sei em que circunstância os meus avós do lado materno e os meus avós do lado paterno se encontraram. A minha mãe e a minha avó materna, pelo facto de esta ter tido relações com um escravo, foram banidas da família Espírito Santo. Ela nunca foi convidada a casa da Alda Espírito Santo, porque era filha de um escravo. Eu também nunca fui convidado a casa da Alda. Eu não tenho ideia da maneira como os meus pais se encontraram, era tabu na família, não se falava disso. Mas viviam em concubinato.

Dessa ligação nasceram três filhos. Eu tive um irmão mais velho, José, depois o seguinte, Olinto, e depois venho eu. Os meus irmãos eram de uma inteligência excepcional, eram conhecidos na ilha por terem uma inteligência fabulosa. Aos onze anos, o meu irmão mais velho terminou o ensino primário, foi enviado para Angola, em busca de uma vida nova. Foi para casa de uma tia, irmã do meu pai, que estava em Angola, casada com um português. Esse português tinha uma propriedade agrícola em Catumbela e era conhecido como um rei da laranja e da manga. E tinha umas salinas no Lobito. Era uma pessoa muito bem instalada na vida. E o meu irmão foi para Benguela para trabalhar em casa desses indivíduos.

O meu irmão Olinto também terminou o ensino primário, arranjou emprego como criado, como aprendiz, num escritório comercial em São Tomé. Trabalhava na casa Auspício Menezes, tio do futuro presidente de São Tomé, Fradique de Menezes. Aprendeu de tal forma, que mais tarde veio a ser um dos grandes contabilistas de São Tomé e Príncipe.

Eu fiquei sozinho. Tive dois irmãos, mas praticamente as nossas relações não eram nem boas nem más. Éramos irmãos, mas não tínhamos intimidade nenhuma. Em casa, eu era o menino querido, por uma razão muito simples: os dois afastaram-se muito cedo e eu fui o único que continuei em casa. Mas há outra razão também, ligada ao problema racial e social: os meus irmãos eram mais escuros do que eu. E, para vermos até que ponto isto contava em São Tomé: havia uma associação do Sporting Clube de São Tomé, onde se praticava futebol e desportos vários e teatro. Os meus irmãos tinham entrada nessa associação, porque eram escuros; eu nunca pude entrar porque era mais claro.

São Tomé tem uma coisa curiosa: tem dois terços da ilha ocupados pelas roças. As roças são Estados diferentes. Tens o chefe que é proprietário, tens os administradores e tens os escravos. Não há contacto nenhum entre uma roça e outra, há uma barreira. E não há contacto nenhum entre essas roças e a cidade. Há muitos portugueses que foram para São Tomé trabalhar, chegaram ao porto, camioneta até às roças, nunca estiveram na cidade. Era um mundo à parte. E depois tens a cidade: tens o governador e alguns chefes, quadros da função pública que são portugueses, tens uma grande parte que são caboverdianos e tens uma pequena-burguesia santomense, negra, que tinha propriedades. Tens uma camada média negra que trabalha na administração pública, tens uma camada negra que trabalha no comércio e depois o lumpen.

Havia também outro problema: o preconceito do santomense em relação ao angolano. O santomense considerava-se superior aos angolanos, porque estes simbolizavam os escravos que trabalhavam nas roças de café e cacau. Mas há preconceitos entre os negros. Quando vim para Portugal, encontrar uma negra era um caso sério. E na família Espírito Santo havia três negras – por acaso eram bonitinhas as moças. Uma médica, a Julieta Espírito Santo, Alda, a poetisa e a irmã Amélia. Três solteironas bonitinhas e três candidatas; Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Agostinho Neto apresentaram a candidatura. A família organizou um conselho especial para ajuizar os candidatos. O Neto foi eliminado porque era muito feio; Amílcar foi eliminado porque era baixo e o Mário de Andrade foi eliminado porque era angolano. As negras diziam na altura: casar com um branco, qualquer serve; com um mestiço, tem de ser doutor; com um negro, nem a brincar.

Foste à escola em São Tomé?

Fui. Fui um aluno brilhante, sabia bem a “história” de Portugal; não a verdadeira história, mas a história de fofuques dos reis e das rainhas. Conhecía bem a geografia de Portugal, os caminhos-de-ferro, os rios e as montanhas. E uma vez apanhei uma bofetada da minha professora, porque tinha de saber também quantos Estados tinha o Brasil. E eu sabia todos menos um, faltou-me um Estado e apanhei uma bofetada.

A noção que nós tínhamos naquela altura, era que nós éramos uma província portuguesa. Portugal era a capital, a metrópole. Sabíamos que existia Angola, Guiné, Moçambique, mas não sabíamos mais nada. Tínhamos de saber tudo acerca de Portugal. Eu estava em São Tomé e não sabia nada de São Tomé, só sabia acerca da cidade onde eu vivia. Porque não se ensinava São Tomé nas escolas.

Os professores eram brancos?

A maioria dos professores eram portugueses brancos. E havia também uma professora negra, mãe da Alda Espírito Santo. Os alunos eram misturados, brancos e negros, rapazes e raparigas. Havia uma escola, digna desse nome, que era a escola Ricardo Vaz Monteiro, nome de um governador que tinha feito obras em São Tomé, onde eu andei e onde havia esta professora negra. O estabelecimento era bom, bem instalado, tinha boas condições e estava numa zona nobre da cidade. As outras escolas não tinham condições.

E quando terminávamos a 4ª classe, que era o máximo que existia, os estudantes tinham umas quatro alternativas: andar na rua, como os “capitães de areia” do Jorge Amado, arranjar um emprego como criados, alguns tinham possibilidade de mandar os filhos estudar para Portugal ou Angola, ou então para o seminário. Não para serem padres, mas para adquirir alguns conhecimentos que permitiriam subir na escala social. Não esqueçamos que os santomenses tinham uma cultura vasta. Uns falavam bem português e até sabiam latim. Ficavam no seminário, até ao terceiro, quarto ano, e regressavam. Isso era um hábito em São Tomé. E também na administração pública, os quadros superiores eram santomenses com formação do seminário. Nos escritórios das casas comerciais, os quadros superiores eram santomenses e quando não eram santomenses eram caboverdianos e alguns portugueses.

Que língua se falava em São Tomé?

As línguas que se falavam em São Tomé eram duas, principalmente: era o português, generalizado, e o que chamam erradamente “forro”. Forro é uma expressão pejorativa. Até ao século XIX, os santomenses eram escravos e nessa época, o governador Gregório José Ribeiro deu a “carta de alforria” que os tornava livres. De alforria é que vem a palavra forro. Na ilha do Príncipe são chamados moncós, porque lá havia com frequência a presença inglesa e os ingleses chamavam os naturais de “macacos”, *monkeys*, e de *monkey* ficou moncós. Mas isso é tudo pejorativo. A palavra forro, sendo pejorativa, aplica-se ao pé-descalço. A língua nacional santomense é falada por 80% da população. É uma língua onde há muito de português e das línguas africanas; não é crioulo, não é forro. E depois havia pequenas línguas faladas nas vilas e nas roças onde havia grande percentagem de escravos. Mas a língua oficial de São Tomé era o português e a maioria da população falava português, menos os escravos. Esses falavam uma mistura de línguas, porque nas roças havia escravos de todas as origens. Essa língua, como nunca foi fixada, a pouco e pouco foi desaparecendo.

Depois de eu fazer a instrução primária, qual era a alternativa? Os meus pais não tinham possibilidades, eu comecei a entrar na vagabundagem. Um dos músicos mais conhecidos em São Tomé era o meu tio. E tinha um primo com uma orquestra; eu fui incorporado na orquestra. Sozinho, aprendi a tocar bandolim, aprendi a tocar violino, comecei a tocar nas festas e a beber, pequenino ainda.

Nessa altura, tendo acabado o curso e andando na vagabundagem, os meus pais meteram-me numa barbearia como aprendiz de barbeiro. Ora, eu não tinha futuro como aprendiz de barbeiro, porque em São Tomé os negros não vão à barbearia e os brancos, quando tinham necessidade de ir ao barbeiro, não entregavam a sua cabeça ao Medeiros, um jovem santomense; tinham preferência pelo branco, que era o João Pedro Dias. Ao mesmo tempo, eu era distribuidor de jornais.

E pagavam-te pela distribuição de jornais?

Era por conta da barbearia. De quinze em quinze dias, chegava um barco da metrópole, de Portugal, que trazia alguns livros e trazia os jornais. Eu ia buscar os jornais e fazia a distribuição porta a porta. Mas também durou pouco tempo. Portanto, eu não tinha futuro como aprendiz de barbeiro e então saí da barbearia e fui trabalhar no escritório de uma casa comercial, o Hospício Menezes, como aprendiz. Estava ali a aprender contabilidade e limpava o pó, porque não havia empregada de limpeza, e tinha um instrumento fundamental na minha mesa: era um frasco de álcool. Sempre que o chefe da secretaria acabava de conversar com um cliente e de lhe apertar a mão, eu levava o frasco de álcool para ele

desinfectar as mãos. E quando não levava o frasco de álcool, ele fazia-me sinal: “Então, esqueceste?” Era essa a minha função.

E, também nessas condições, vendia carvão. Não havia gás na minha casa, não havia electricidade, era um bairro pobre, e eu vendia carvão. Ali já ganhava: ganhava 150 escudos, que era um bom salário na altura. Só nesta casa comercial é que comecei a ganhar um salário. Em São Tomé não havia pastelaria, não havia onde gastar o dinheiro e, então, entregava o dinheiro todo à minha mãe.

Ao fim de um ano e tal nestas condições de empregado de escritório, mandaram-me para Angola. Mandaram-me para Huambo, Nova Lisboa, onde iria continuar os meus estudos.

Viajaste sozinho?

Meteram-me no barco *Pátria* e fui de São Tomé a Luanda, de Luanda para o Lobito, onde esperava o meu irmão que me meteu no comboio até Huambo-Nova Lisboa. E fui para Nova Lisboa começar o ensino secundário, porque em São Tomé não havia.

Quando lá cheguei, em 1944, tinha treze anos. O director da escola fez-me umas perguntas e entendeu que eu tinha conhecimentos suficientes para não ter de fazer o exame de admissão nem o 1º ano, fiz imediatamente o exame do 2º ano, com notas fabulosas, que foram publicadas no jornal. Em Nova Lisboa, eu não era o Tomás Medeiros, era o “santomista”. Bom jogador de futebol, bom estudante, com uma memória prodigiosa. De tal forma que uma vez, havendo uma festa no Cineteatro Ruacaná, em Nova Lisboa, onde estaria presente o governador da província e as altas personalidades da ilha, havia dois oradores: um era o padre Martinho e o outro era o Tomás Medeiros. O padre Martinho fez o seu discurso, metendo umas frases em latim, e eu fiz um discurso imbecil, declamei o canto V dos *Lusíadas* de cor.

A ida para Angola abria-me perspectivas, porque eu queria estudar, queria tirar um curso. Era muito conhecido em Nova Lisboa como bom estudante, um grande intelectual, sabendo o canto V dos *Lusíadas*.

No colégio, pela primeira vez, eu soube o que era dormir numa cama, pela primeira vez soube o que era comer na mesa com faca e garfo. E a refeição era sempre igual, nós dizíamos que era 365: o almoço era arroz com peixe, ao jantar era peixe com arroz. Nesse colégio, rezávamos depois de acordar, rezávamos depois do pequeno-almoço, antes do almoço, depois do almoço, ao lanche, rezávamos depois do jantar, e ouvíamos a história de Fátima. Havia uma disciplina, que era moral e educação cívica, e soubemos que quem chorasse enquanto o director lia a história de Fátima tinha boas notas. Púnhamo-nos ao lado do director e, quando ele começava a contar as histórias de Fátima, fingíamos que estávamos a chorar. E as notas eram sempre 18 e 20 valores. O director tinha sido do seminário e um dos professores era antigo seminarista. Íamos à missa todos os domingos, fizemos a comunhão, fizemos crisma e, quando a Nossa Senhora de Fátima foi a Angola, tivemos de fazer uma promessa a Nossa Senhora de Fátima.

Tu também eras crente, por causa das missas e isso tudo?

Lá em casa, em São Tomé, dizer que se era crente não era bem verdade. Tínhamos aquela linguagem vulgar: “graças a deus”, etc., mas a prática propriamente dita não. O que acontece, é que as pessoas vão à missa ao domingo porque é um lugar de encontro. E eu ia à missa, ou ao fim da missa, aos domingos, porque na minha casa não havia condições para fazer bolos, não havia forno e também não havia disponibilidade. Agora, o padre lá da aldeia, depois da missa, oferecia um lanchezito, que era bom! Eram bolos e rebuçados e o pirolito. Eu morava perto da igreja, acordava de manhã cedo, tomava banho, vestia-me e ficava à espera. Quando acabava a missa, ia lá.

A religião predominante de São Tomé era a católica, quase toda a gente é católica, mas no fundo ninguém a pratica. A feitiçaria ainda existe em São Tomé. Por exemplo, a medicina tradicional ainda existe. Eu estava em Luanda, telefona-me o meu irmão de São Tomé: “Eh pá, tens de vir, o pai está a morrer, ele quer dar-te um abraço, beijinhos de despedida...” – Eh pá, calma aí, o velho que não morra

antes que eu apareça! Apanho o avião, vou rapidamente do aeroporto para o hospital, o que é que eu vejo? O meu concorrente, o médico da terra. Uma bacia de água quente e uma lâmina. O “colega” dizia: o diabo está no corpo, é preciso cortar para o diabo fugir. E eu: “Oh colega, espera um bocadinho, eu vou falar com o director do hospital e volto já”. Fui falar com a directora do hospital, que era minha amiga e prima, e disse: “Oh colega, você espera um bocadinho”. Examinei o meu pai, ele tinha uma pneumonia de todo o tamanho. Mas estavam prontos a fazer golpes no corpo, porque o corpo estava cheio de diabos.

O que é estranho é como isso se passa num hospital; como é que o feiticeiro trabalha no hospital?

Ele entra! Em Luanda, no hospital de psiquiatria, de manhã era o médico, de tarde era o feiticeiro. Por exemplo, a urina: tu aqui queres fazer o teu exame de urina, levas o teu frasquinho, dás ao laboratório. Lá, o piado-zaua (zaua é urina na língua santomense) examina a urina. À letra, quer dizer “o olhador de urina”; o tipo examina a urina e faz o diagnóstico. Como é que sabe se és diabético ou não? Prova, se é doce és diabético. Isto é uma prática que existia na Europa.

Na cidade é fácil, mas sabes como é que no campo faziam o diagnóstico? Traziam a urina, passados uns tempos se há formigas, era diabético, porque as formigas andam atrás do açúcar. Se não há formigas, não é diabético. Outra coisa que faziam, era a medicina naturista. As plantas têm princípios activos muito importantes. E agora está a renascer. Agora, o problema que se põe é que é preciso isolar os princípios activos. É muito difícil. Para isolar, por exemplo, um frasquinho, tens de ter uma tonelada de plantas. Como é que vais cultivar essas plantas? É mais fácil sintetizar laboratorialmente, uma questão de comércio. Outra coisa que na Europa não vês, mas em África vês: as pessoas comerem barro. Porque aquele barro tem sais minerais de que o organismo precisa. Não faz mal, faz bem até, só que a procura do barro não é rentável nem chique.

Voltando a Angola, era preciso pagar o colégio? Quem é que pagava?

Como eu disse, os meus pais não tinham possibilidades de me pagar os estudos. O meu pai ganhava pouco e conseguia equilibrar o orçamento da casa com um salário que era baixíssimo; a minha mãe utilizava uma máquina de costura Singer para costurar roupa para o exterior e fazia os nossos fatos. E também, à volta da nossa casa, havia um terrenozito; ali cultivávamos as frutas, batatas, feijão e era com isso que a gente conseguia viver. Mas tive sorte: um dos meus irmãos, o segundo que ficou em São Tomé, casou e teve onze filhos, e a partir do terceiro filho, havia um subsídio, porque o governo encorajava, era preciso povoar a ilha. E é com o subsídio dos meus sobrinhos e mais uma certa participação do irmão que eu tinha em Angola, no Lobito, que eu consegui fazer os estudos, quer em Nova Lisboa, quer depois em Portugal.

Ao fim do segundo ano, os meus pais e os meus irmãos entenderam que eu devia continuar a estudar em Portugal e vim para Portugal.

Porquê em Portugal se existia ensino secundário em Angola?

Eu era bom aluno e eles achavam que eu merecia mais.

A integração na “metrópole”

E vieste para cá sozinho? Tinhas cá algum contacto? Quando foi isso?

Vim para Portugal em 1947 e estive em casa de uma prima em Lisboa. Morei perto da Alameda D. Afonso Henriques, na rua Carlos Mardel.

Já estava em condições de me inscrever no 3º ano, uma vez que tinha feito o 2º ano em Angola, mas o director da escola Luís de Camões, na avenida Almirante Reis, quase em frente ao cinema Liz, depois de me fazer uma série de perguntas, entendeu que eu não precisava de fazer nem o 3º nem o 4º ano; inscrevi-me directamente no 5º ano, na escola Luís de Camões e fiz exame no liceu D. João de Castro, na Estrela. Tive boas notas, com publicação nos jornais.

Conheci um angolano de origem santomense, Manuel dos Santos Lima, que também vivia na casa da minha prima. Essa minha prima entendeu que, dadas as notas que eu tinha e dadas as qualidades que eu tinha revelado, não devia continuar na escola Luís de Camões e puseram-se na escola Portugália, junto da igreja dos Anjos. Ali, fiz o 6º e o 7º ano. E fiz exame na escola Gil Vicente, na Graça.

Em Lisboa, quando vim fazer o 2º e 3º ciclo, dá-se um facto curioso. Eu, que em São Tomé era um bom estudante porque tinha boa memória e decorava tudo, encontro em Lisboa duas professoras que me abrem os olhos e dizem: não, estudar não é decorar, estudar é compreender. Uma, foi uma professora de filosofia que eu tive no colégio Portugália, que me ensinou a pensar filosoficamente, de tal forma que eu passei a ser espinozista. Outra, foi uma professora que eu tive na escola Luís de Camões que me disse: ler não é dividir as orações - sujeito, predicado e complemento directo; ler é tentar compreender o texto. E eu comecei a ler. Esta professora pediu aos alunos que fizessem uma redacção e eu fiz uma redacção sobre a segregação racial. Ela gostou de tal forma do meu texto que esse texto passou a fazer parte da leitura obrigatória de todas as escolas por onde ela tinha andado. Nessa altura, eu tinha quinze anos e fui entrevistado por um jornalista angolano, Luís Alberto Ferreira, que fazia crónicas tauromáquicas no jornal *1º de Janeiro*, onde me fez uma reportagem que dizia "Tomás Medeiros, grande revelação literária".

E como era a tua vida, que tipo de amigos tinhas, como sentias o ambiente?

A minha vida era de manhã ir à escola, de tarde estudava e depois passeava. Passeava pela Alameda D. Afonso Henriques, a Almirante Reis para cima e para baixo. Essa minha prima tinha um primo que era um dos donos da livraria Sá da Costa e eu ia à livraria visitar o homenzinho e ele mostrava-me os livros, emprestava-me alguns.

E depois fui para a universidade. Eu e a minha geração inaugurámos o hospital Santa Maria e a faculdade de medicina no hospital Santa Maria; porque até então era no Campo Santana, em frente da estátua do Sousa Martins.

E tu querias mesmo ser médico ou tinhas várias escolhas?

Eu queria ser médico por influência do meu pai. Não consta que o meu pai tenha feito grandes estudos primários; fez um ou dois anos e depois começou a trabalhar na farmácia. Naquela altura, havia receitas galénicas, quer dizer, o médico, quando receitava, não punha o nome do medicamento, era preciso escrever a composição e na farmácia os empregados é que faziam a mistura. E o meu pai lavava as garrafas e preparava-as para serem utilizadas na execução da receita. As hóstias, por exemplo, eram feitas na farmácia. Era hóstias, xarope, comprimidos e injeções, na altura. E o meu pai fez de tal forma que adquiriu uma fama, era considerado quase um médico. E lembro-me uma vez que o filho do governador adoeceu, foi preciso fazer uma junta médica para determinar a sua doença e, entre os médicos convidados, estava o meu pai. Ele até dava consulta na farmácia. Sempre quis ser médico e por influência do meu pai.

Fiz até ao 5º ano de medicina em Lisboa e depois fugi para Coimbra, porque estava numa lista negra. Um grupo de extrema-direita, a Grapo, tinha publicado um panfleto onde anunciava os treze comunistas africanos mais perigosos em Portugal; eu era o 13º e tinha um mandado de captura da PIDE. Então fugi para Coimbra, onde continuei o 5º ano de medicina. Estive um ano em Coimbra, porque isto coincidiu com o início da luta armada em Angola. E eu faço parte do grupo dos cem que foge de Portugal para ir integrar a luta armada em Angola.

Como é que se sustentavam os africanos que vinham para cá? Como conseguiam viver?

Os africanos que vinham estudar a Portugal, normalmente, vinham com bolsas da família, ou então era a quotização do bairro, porque era um prestígio para o bairro ter um sr. doutor, um engenheiro. Durante os primeiros meses, as bolsas chegavam regularmente, depois desapareciam. E mesmo aqueles que traziam bolsas oficiais, sobretudo das missões protestantes, quando o rendimento escolar não era positivo, cortavam-lhes as bolsas. Passavam fome. E havia também os africanos que trabalhavam nos barcos, os marítimos. Passavam três meses no exterior, no barco, e quando regressavam a Lisboa, tinham necessidade de conversar, tinham necessidade de encontrar conterrâneos. E traziam algum dinheiro. E na praça do Chile juntavam-se os africanos estudantes pobres e os africanos marítimos. E comiam as bifanas e bebiam o copo de três carrascão. Era o lanche e o jantar, e o pequeno-almoço do dia seguinte; o estudante dormia até às tantas quando não tinha dinheiro para comer o pequeno-almoço.

Nós estudávamos nos cafés, não tínhamos condições em casa. Como é que nós fazíamos? Íamos ao café das oito às dez horas, ia um, com o seu livro e estudava. Consumia um café, um copo de água, jornal e um palito. Das dez ao meio-dia, saía e entrava outro grupo. Como a mesa estava ocupada, tinha lá chávena, o copo de água, etc., o empregado partia do princípio que a mesa já tinha consumido e essa mesa dava para dois. Em Coimbra, fazíamos mais: como não tínhamos dinheiro, íamos para o café Mandarim – era um dos mais modernos de Coimbra – com a pasta cheia de garrafas vazias. Consumíamos e na altura de pagar: qual é o preço disto? – uma garrafa, duas garrafas, três garrafas... Porque as garrafas tinham preço, e ainda recebíamos troco.

Quais foram os primeiros contactos que tiveste, com relevância depois para o teu processo de politização?

Aos quinze anos conheço as pessoas que deram a volta à minha vida: Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco Tenreiro, Vasco Cabral e tantos outros intelectuais, que mais tarde viriam a ser os líderes dos movimentos das colónias. É a partir dessa altura que, passeando uma vez na praça do Chile, eu descubro a taberna do Chico, um galego. Os galegos em Portugal eram donos dos principais restaurantes e das tabernas de Lisboa. A Taberna do Chico tinha duas especialidades: o vinho tinto carrascão e a bifana. A bifana do Chico, com carne de porco, dava-se uma dentada e a gordura escorria por aí abaixo. O Chico começava o dia com um avental branco limpo; de tarde não se sabia o que era avental e o que era bifana. E, à porta da bifana do Chico, reuniam-se os angolanos, os africanos que estavam em Portugal. Foi lá que eu os conheci e comecei a frequentar a taberna, embora com o estatuto de criança: não podia beber.

É nessa altura que eu encontro esses intelectuais todos. Alguns do Partido Comunista. Conheci-os antes de ir para a Casa dos Estudantes do Império. Quando encontrei essa gente, tive dois choques: um deles era marxista-leninista, daqueles marxistas estúpidos, era meu primo. Quando eu o chamei “ó primo!”, ele respondeu: “Cala a boca, isso é um preconceito pequeno-burguês, aqui não é primo, é camarada”. Foi nessa altura também que esse mesmo primo marxista-leninista me emprestou um livro. O livro vinha enrolado num jornal *O Século*, debaixo do braço. Ele disse: “Levas isso para casa, só abres quando estiveres em casa e estiveres sozinho”. Era o *Anti-Dühring* de Engels. E nessa altura também, o Mário de Andrade, depois de conversar comigo, fez o seu diagnóstico: eu era nulo literalmente, não tinha formação nenhuma, e ele disse-me: “Vai para a Casa dos Estudantes do Império, porque aquilo é uma malta que está a fazer coisas interessantes.”

A Casa dos Estudantes do Império

Mas já tinhas acabado o secundário?

Qualquer estudante, universitário ou do liceu, podia estar na Casa dos Estudantes do Império. Eu ainda estava no liceu, e então fui para a Casa dos Estudantes do Império e estive lá vinte anos como associado.

Ali havia uma parte social, que era o lar; porque como os estudantes não recebiam as bolsas regularmente, não tinham dinheiro para pagar a casa onde viviam, iam para o lar da Casa dos Estudantes do Império. Naquela altura não havia cantina universitária e a cantina da CEI servia duzentas refeições por dia. O lar era fora, a cantina e a associação em si eram na avenida Duque de Ávila. Havia várias secções: a administração e o conselho fiscal, havia as secções de saúde, teatro, música, biblioteca, editorial, organização social, o grupo desportivo, a secção ultramarina. Eu participei em todas estas secções e fui director da revista *Mensagem*, onde tive a actividade mais importante.

Quando cheguei a Portugal em 1947, a Casa dos Estudantes do Império já existia. Quando os estudantes começaram a vir para Portugal, de Goa, da Índia, de Moçambique, de Angola, o governo entendeu que esses estudantes deviam ser enquadrados, para não serem apanhados pelos comunistas – havia o MUD Juvenil e o Partido Comunista. No princípio, existia a Casa de Angola, a Casa da Índia, a Casa da Guiné, a Casa de Moçambique. E, por iniciativa de Marcello Caetano, que era comissário nacional da Mocidade Portuguesa, e do ministro Vieira Machado, fundem-se as várias casas na Casa dos Estudantes do Império, em 1945, com a finalidade de a manter sob controlo. As antigas casas passaram a funcionar como secções dentro da Casa dos Estudantes do Império.

Quem é que frequentava a Casa dos Estudantes do Império na altura?

Na primeira fase apareceram os santomenses, a “pequena-burguesia” santomense (eu não gosto muito dessa expressão): a família Espírito Santo, a família Azancot de Menezes. Havia o Mário de Andrade, que veio para Portugal estudar filologia românica, havia Amílcar Cabral, que estava a estudar agronomia. Havia Lúcio Lara, que quase não aparecia, tinha problemas familiares. E Agostinho Neto, em relação ao qual havia uma atitude dúbia: admiração e medo. Admiração porque era o poeta que nos fazia vibrar e também porque era militante do Partido Comunista. Ser comunista na altura tinha um significado, era preciso muita coragem. O Neto era uma pessoa que nós adorávamos, o herói militante do PCP. Por outro lado, tínhamos medo dele, quem andasse com ele era visto como comunista. Alguns foram directamente para o MUD Juvenil, como Agostinho Neto e Vasco Cabral, que mais tarde foram para o PCP. Mas eram só alguns.

Esses homens abandonam a Casa dos Estudantes do Império e aparece uma nova geração, precisamente quando eu vou para lá. Dessa nova geração, quase que não havia ninguém da Guiné; os caboverdianos praticamente não frequentavam a Casa dos Estudantes do Império, porque reuniam-se na Estrela, na casa do Fernando Queijas, que introduziu a morna em Portugal. Ao fim-de-semana reuniam-se em casa dele, comiam lá cachupa, falavam crioulo. Não precisavam da Casa dos Estudantes do Império.

Na Casa dos Estudantes do Império era um ambiente agradável, onde havia brancos e mestiços sobretudo, negros eram muito poucos. Os de Moçambique, a maioria eram brancos e estavam divididos em três grupos: um não queria saber nada de África, queria tirar o seu curso e regressar à terra; uns militaram directamente no Partido Comunista e foram grandes dirigentes do PCP, chegaram ao comité central. E havia uma percentagem muito reduzida que aderiu aos ideais da luta de libertação nacional, ficaram connosco. De Angola, vieram os angolanos filhos de colonos, com uma certa posição social e bolseiros do Estado ou das câmaras municipais, ou então filhos dos angolanos dos musseques, financiados pelas cotizações do bairro, para quem era um orgulho ter um sr. doutor. Os negros não frequentavam a Casa porquê? Porque os negros eram bolseiros das missões protestantes e tinham o seu lar no Lumiar e em Carcavelos e não precisavam da Casa dos Estudantes do Império, faziam a sua vida

separada. Esses negros que vinham de Angola, vinham já com o racismo no pêlo, porque nas missões protestantes em Angola só havia negros, falavam as línguas da terra, falavam mal português, falavam inglês. E eram racistas em relação aos brancos e aos mestiços. Havia a Angola dominada pelos brancos portugueses e pela religião católica, onde eram mais assimilados, e havia brancos misturados com os negros. E havia a Angola dos negros, que era dominada pelas missões protestantes; ali só entravam os negros e não tinham contacto com os brancos. E mais tarde, durante a luta de libertação e depois da independência, atitudes destas deram o MPLA de um lado, a UNITA e FNLA do outro.

Que recordações tens das tuas primeiras intervenções na CEI?

Eu consegui “infiltrar-me” no meio desses estudantes africanos e uma vez fui convidado a assistir a uma sessão cultural que eles tinham realizado em Carcavelos. Vinha um bispo da missão, ou da Suíça ou de Inglaterra, queria falar da prova da existência de deus. E eu esfreguei as mãos. O bispo fez o seu discurso, eu já tinha leituras, de Spinoza e de Nietzsche, que aquela minha professora da escola Portugália me tinha inculcado para ler. E também tinha lido um livro de filosofia que se estudava na altura, de António Aresta. Fui assistir ao colóquio e, no final, quando perguntaram quem tinha perguntas a fazer: “Ó sr. bispo, deus não existe”. Levantam-se dois angolanos, o Savimbi e o Samuel Abrigada, militante da UPA. Cada um do seu lado, fizeram como nos baloiços, atiraram-me e fui parar à rua.

Qual foi a vossa estratégia para influenciarem a CEI?

A Casa dos Estudantes do Império era dirigida por uma comissão administrativa enviada pela Mocidade Portuguesa. O nosso mérito foi de subverter essa ordem. Lutámos contra a presença da comissão administrativa e passámos nós a dirigir a Casa dos Estudantes do Império. Conseguimos ganhando os votos da assembleia. Paradoxalmente, não estando mais a comissão administrativa da Mocidade Portuguesa a dirigir a Casa dos Estudantes do Império, quem patrocina a Casa, quem paga as despesas continua a ser a Mocidade Portuguesa.

Havia a Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, que era a sede, e havia também concomitantemente a Casa dos Estudantes do Império em Coimbra, onde apareceu o Agostinho Neto, o Lúcio Lara, o Antero de Abreu, o Carlos Veiga Pereira. E conseguiram um lugar de destaque na associação académica de Coimbra. O Videira foi vice-presidente da direcção, o MacMahon foi presidente da assembleia-geral, o Óscar Monteiro foi um dirigente da revista *Via Latina*. Portanto ocupámos esses espaços todos, marcando a nossa presença como africanos em Portugal. Porque éramos segregados em Portugal.

Como é que era no liceu e na faculdade? Pelo facto de vires de África foste discriminado?

No liceu e na faculdade não havia segregação, porque éramos bons alunos, éramos respeitados. E depois, não éramos negros-negros. Um bom aluno era um bom aluno. Por exemplo, pelas escolas por onde andei era um menino querido, porque era bom aluno, era bom jogador de futebol, fui capitão de uma equipa de futebol da escola Portugália, ganhei dois campeonatos, fiz parte do coro da Casa do Alentejo que cantava Verdi. Portanto, éramos respeitados e éramos apenas uma meia-dúzia.

Nunca sentiste racismo na escola?

Não. O racismo sentia-se, sim, junto dos embarcadiços, porque eram negros e analfabetos e viviam nos bairros populares, Mouraria, Graça, etc. Esses é que foram vítimas do racismo, mas nós não fomos vítimas de racismo; nós éramos senhores doutores. E até havia as fitas. A fita amarela era medicina, encarnada era direito, lilás era farmácia. E os cadernos tinham uma tira que mostravam que éramos senhores doutores.

Na faculdade de medicina, houve uma altura em que eu fiz um exame de histologia, tive a melhor classificação; o professor chamou-me e felicitou-me. O problema surgia depois, na colocação. Arranjar

um emprego era difícil. Por exemplo, não podíamos fazer o exército. Quando me apresentei para fazer a inspeção militar, entrei e saí. Isento “por falta de robustez física”. Porquê? Porque como estudante universitário teria de frequentar a escola de oficiais em Mafra, de onde saíam oficiais, alferes, e um negro não podia ser superior a um branco. Na altura não podia ser alferes, puseram-me na rua. Só muito depois é que começaram a aceitar. E, paradoxalmente, havendo esse tipo de racismo, o analista clínico de Salazar era um negro, o dr. Nazaré, um moçambicano.

Quando chegámos a Portugal, fomos portanto assediados pela Mocidade Portuguesa e conseguimos libertar-nos dela.

A Cláudia Castelo, nesta edição da Mensagem de 1997, diz que os estudantes da Casa dos Estudantes do Império, em 1946, 1947, portanto logo no início, eram quase todos do Partido Comunista, que apoiaram a candidatura de Norton de Matos.

Nada disso. Há que ver a história da Casa dos Estudantes do Império. E há que ler o manifesto do MUD juvenil que tentou integrar-nos. Porquê? Porque o MUD pensava, e também o PCP, que nós não tínhamos maturidade política suficiente para formarmos um partido, e devíamos militar no MUD e no PCP, lutar contra o fascismo em Portugal. Depois da vitória contra o fascismo, iríamos discutir o problema colonial. E nós dissemos sempre: não, vocês lutam contra o fascismo em Portugal e nós lutamos contra o colonialismo em África. Temos maturidade suficiente. O MUD e o Partido Comunista tentaram monopolizar muito, mas não éramos todos do MUD. O Mário de Andrade e o Amílcar nunca foram do Partido Comunista.

Como eu dizia há bocado, eu sabia tudo de Portugal em São Tomé, mas não sabia nada de África em Portugal e era preciso impor a presença de África em Portugal. Nós conseguimos fazer isso na Casa dos Estudantes do Império. O mito do lusotropicalismo era a única teoria que nos impingiam. Nós não tínhamos outra alternativa, pensávamos que éramos portugueses, que pertencíamos a uma mesma família. E quando chegámos a Portugal foi o contrário. Na Casa dos Estudantes do Império, senti que era qualquer coisa diferente e a pouco e pouco foi a africanização do espírito, como dizia Mário de Andrade.

Nós tivemos consciência, sabíamos através da correspondência com os nossos familiares e amigos, que já havia um movimento de contestação à presença portuguesa e captámos isso tudo tornando-o presente na Casa dos Estudantes do Império, através das nossas realizações.

E quais eram essas realizações?

Por exemplo, a primeira vez que o Luandino Vieira publicou em Portugal, foi por nós. António Jacinto, António Cardoso, Costa Andrade, Manuel Lima, Arnaldo Santos, Craveirinha, Noémia de Sousa... nós é que lançámos esses indivíduos todos, porque não eram conhecidos em Portugal. Em Portugal não se falava de literatura africana. Hoje toda a gente dança música angolana, moçambicana, etc., mas naquela altura não. Criámos um conjunto musical, o N'gola Kizomba, tocámos no cinema Império, tocámos no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, tocámos no Teatro Avenida em Coimbra, tocámos no Porto. Íamos cantar, dançar.

Na Casa dos Estudantes do Império, os caboverdianos eram poucos e, relativamente às outras colónias, estavam mais avançados que nós, porque tinham o sentido da caboverdianidade. Não havia diferença entre as ilhas, eles tinham o sentido de pertencer a qualquer coisa que era Cabo Verde, que tinha uma língua, tinha a cachupa e a morna. Os outros não tinham isso.

Os brancos moçambicanos foram vítimas do processo de desenvolvimento em Moçambique; havia o racismo sul-africano, com as suas influências em Moçambique. Eram os mais evoluídos politicamente e eles admitiam a independência de Moçambique em que sentido? Porque eles se sentiam moçambicanos, era o drama do português que vivia em Moçambique: queriam ser moçambicanos, eles a tomarem conta do sistema, mas não queriam nada com os negros. A primeira exposição de Malangatana foi numa garagem. A Noémia de Sousa, o Craveirinha, eram marginalizados.

Os angolanos tinham aquele grupo de jovens que vinham estudar a Portugal, que ficaram deslumbrados com Portugal, eram maus estudantes, queriam só a boa-vai-ela. Havia um pequeno grupo de angolanos ligados ao PCP. O Agostinho Neto foi preso, não como líder angolano, mas como militante do Partido Comunista. E depois, havia outro grupo ligado ao movimento da Sociedade Cultural de Angola, onde estavam o Luandino Vieira, o António Jacinto, António Cardoso, Adolfo Maria e uns tantos. Esses sim, esse grupo aliou-se directamente à Casa dos Estudantes do Império e passou a constituir a sua ala marxista-leninista. Mas ideologicamente não havia nada de definido. Havia “marxistas”, trotskistas, maoístas e até, por que não dizer, alguns salazaristas que tinham vergonha de confessar a sua adesão. Os guineenses não tinham expressão porque eram apenas um ou dois estudantes, porque a Guiné foi a colónia portuguesa onde a predominância da religião muçulmana foi enorme, 80% eram muçulmanos. Acabavam a instrução primária e iam para as escolas corânicas, não vinham para Portugal estudar.

A Casa não era nada homogénea. Eu dava-me com os angolanos, de tal forma que ainda hoje os angolanos dizem que eu não sou santomense, sou angolano. E isso criou problemas com os meus conterrâneos. Juntei-me aos angolanos só porque não havia santomenses e, vindo de Angola, sentia-me mais próximo dos angolanos que dos moçambicanos. Com os moçambicanos, eu não tinha relação nenhuma.

Que influências é que sofres na Casa dos Estudantes do Império?

Eu comecei a ler a sério, porque até então, em Angola, não lia nada. Em São Tomé não havia livraria, nem sequer essas histórias da Branca de Neve havia em São Tomé.

Eu comecei a ler a sério com Mário de Andrade. Ele começou a falar comigo e fez o diagnóstico: “eh, pá, passa lá pela minha casa, vamos continuar a conversa”. Eu fui a casa dele. Ele era sete anos mais velho do que eu. Ele vivia perto da faculdade de Ciências, perto do Instituto Britânico, num quarto enorme, tinha uma mesa e a parede toda cheia de livros. “Eh, pá, escolhe aqui um livro qualquer e leva para casa”. Levei um romance, *Batouala*, de René Marin, que falava do período do Tchade; tinha ganhado um prémio em França. O livro era em francês e eu não percebia; levei o livro para casa, passados uns tempos, regressei: está aqui o livro. “Então, leste, pá?” – Maravilhoso, fantástico! Ia escolher outro; “calma aí, vamos conversar um bocadito”. E o Mário viu que eu não tinha lido o livro. “Eu sou mais velho, tens de me respeitar; se não leste o livro, dizias-me que não tinhas lido e eu ensinava-te a ler”. E aí foi o primeiro livro que eu li a sério. O Mário começou a ensinar-me, emprestava-me os livros todos. O Mário foi a primeira pessoa que me influenciou.

Agora, na Casa dos Estudantes do Império não havia uma orientação política nem uma orientação cultural; havia era muitas coisas no ar. Nós líamos muito os escritores da América Latina, líamos muito da literatura brasileira, sobretudo daquela época em que o Gilberto Freyre aparece com três livros interessantes – o resto é porcaria: *Casa-grande & senzala*, *Ordem e progresso* e *Sobrados e mocambos*. O Josué de Castro, os poemas de Jorge Lima. A literatura brasileira teve muita influência em nós. Havia Neruda, René Depestre, e a grande descoberta nessa altura é a literatura norte-americana, da renascença negra do Harlem. Conseguimos distinguir três fases na literatura negra norte-americana: a fase da escravatura, a intermédia da guerra civil e a última, de afirmação da presença do negro na América: “eu também sou América”. E dos movimentos sociais de negros na América. Na Europa, a influência da literatura francesa; havia o Eloy, o Aragon. Em Espanha, havia o António Machado, Lorca. Em Portugal, alguns escritores portugueses. E também a influência dos intelectuais africanos que estavam em Paris, na *Présence africaine*.

A *Présence africaine* e a negritude não influenciaram directamente a nossa orientação intelectual, porque a negritude da *Présence africaine* era a afirmação do homem negro e da cultura negra e nós não éramos negros. O nosso problema não era a afirmação do homem negro, era a luta contra a presença branca em África.

Mas a negritude também foi um movimento anticapitalista, anticolonialista e até anticlerical, influenciado pelo surrealismo e o marxismo.

A *Présence africaine* não era anticolonialista. Por exemplo, o Senghor, os nomes da negritude em França, colaboraram com o governo francês, não lutaram contra ele, tiveram a independência através do governo francês, sem luta armada. Portanto, não era um movimento de luta armada, era de afirmação do homem negro, e como nós não éramos negros, as nossas preocupações estavam muito mais longe. “Não sou negro, o que é que me interessa afirmar que sou negro?”

Mas um mestiço nem é negro nem é branco, tem uma parte de branco e uma parte de negro; vocês não sentiam uma parte negra em vocês?

Não. Isso veio mais tarde, com a afirmação de duas pessoas: António Jacinto, “*eu negro encavalitado em mim branco*”, e Lúcio Lara, que disse: “se eu soubesse em que veia corre o meu sangue branco, abria a veia, deixava sair o sangue branco”. Mas esta preocupação nunca foi nossa. A preocupação foi a independência nacional, um problema social e político.

Mas interessava-nos saber que havia também negros que escreviam. Quando a gente descobre a *Présence africaine*, temos muita curiosidade; afinal de contas, havia outra literatura, que não era a literatura que nos ensinavam nas escolas. Por exemplo, os congressos da Liga da Cultura Africana, na Sorbonne e em Roma: isto influenciou-nos. E, ainda mais que tudo isto, havia a luta política, a União Soviética, a China, Cuba, Vietname. Isso marcou-nos bastante. E havia também o PCP, que nunca nos deixou sozinhos. Portanto, tudo isto fez com que, a pouco e pouco, a gente se fosse politizando. E cada um seguiu o seu caminho.

Como é que tu vias o Partido Comunista?

Com o Partido Comunista, havia duas coisas: eu admirava o Partido Comunista, tinha uma grande admiração pelos quadros do Partido Comunista, mas nunca pedi a filiação, tinha medo. Porque admirava de tal forma o Partido Comunista, que sentia que não tinha capacidade para ser militante. Pensava: se me apanham, abro a boca; não tinha ainda aquele treino suficiente para ser militante. Mas os meus melhores amigos eram estudantes comunistas.

Nesse tempo o acesso à cultura e em especial aos livros devia ser difícil.

Tudo o que aparecia, a gente lia. Tínhamos uma boa biblioteca. O director da biblioteca era um brasileiro muito ligado à Casa dos Estudantes do Império, o Fernando Mourão. Ele tinha a mãe em Paris, ia com frequência a França e trazia-nos livros. Nós tínhamos a livraria alemã, íamos lá comprar livros subversivos. E havia em Picoas um alfarrabista que nos dava livros, de forma que estávamos bem apetrechados em matéria de leituras. Eu estive 48 horas sem dormir a ler Jorge Amado. Estive um mês fechado em casa, não podia sair por causa do Pablo Neruda. Ia a passear na Almirante Reis, encontrei numa tabacaria um livro de Pablo Neruda e pensei: o que é isto? Entrei, um livro todo bonito, encadernado, na altura custava 30 escudos, era muito dinheiro, mas comprei o livro.

E nessa altura também havia duas coisas que contribuíram para a nossa formação: uma era a ópera. Eu tinha um colega na escola Portugália, era mau aluno, mas o tipo sabia muito de ópera. Esse, estava a perder tempo ali na escola com aqueles estudos que não tinham interesse nenhum, era um homem para estudar para ópera. Ele uma vez perguntou-me: tu gostas de ópera? Eu sabia lá o que era a ópera. Arranjou-me um bilhete para o São Carlos, fomos os dois. Ele perguntou: gostaste? – Gostei, mas há aqui qualquer coisa que não percebo. E ele deu-me uma lição de ópera muito interessante. Fui duas ou três vezes com ele. Ao mesmo tempo, há uma senhora daquela pequeno-burguesia santomense, que adorava ópera e os filhos não gostavam. Era na altura em que havia ópera no Coliseu e no Pavilhão dos Desportos. Ela veio a saber que eu gostava de ópera e quis que eu passasse a ir com ela. Ir à ópera com a senhora significava ir de táxi, comer uma bifana – havia um restaurante em frente ao Politeama, que

era o Come e Bebe, também servia umas bifanas boas. E também havia na altura uma página cultural nos jornais diários. E alguns cinemas, o Império, o Tivoli, o Eden, o São Luís, tinham tardes culturais: projecção de um filme com discussão. Eu era assíduo dessas actividades todas. O cinema era barato, 5 escudos na altura, eu podia pagar.

O Centro de Estudos Africanos

Voltando aos africanos que te influenciaram na Casa dos Estudantes do Império...

Então, este grupo do Mário de Andrade, Amílcar Cabral, etc., que pensa fazer qualquer coisa de diferente na Casa dos Estudantes do Império, tinha um problema: falar de África, sim, e como, em que espaço? Havia uma associação que era a Casa de África, por onde passei, mas ela era dirigida por dois irmãos santomenses, os irmãos Castro, muito ligados à Pide. Amílcar Cabral tentou tomar a direcção da Casa, mas eles eram mais espertos que nós, não conseguimos.

Em 1951, o grupo vai encontrar em casa de uma tia da Alda Espírito Santo, a tia Andreza, local próprio para sede. A tia Andreza tinha uma casa enorme, na rua Actor Vale, 37, ao cimo da Alameda. Era a casa de um professor santomense, Januário Espírito Santo, que a tinha alugado para os filhos que vinham estudar em Portugal, que viviam lá. Quem dirigia a casa era a tia Andreza e nessa casa vivia Alda Espírito Santo, amiga do Mário de Andrade, e é através dele que ali se instala como sede provisória o Centro de Estudos Africanos. O Centro de Estudos Africanos era dirigido por Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Francisco Tenreiro e António Domingues, filho de Mário Domingues, que teve um papel fundamental no surrealismo português.

O objectivo era conhecer África, publicar uma revista regularmente, mas não havia dinheiro. Então, publicaram um caderno de poesia africana de expressão portuguesa e participaram na publicação de um número da *Présence africaine* com um artigo intitulado "Les étudiants Noirs parlent". Foram as três coisas que o Centro de Estudos Africanos fez.

Isto funcionou paralelamente à Casa dos Estudantes do Império. O caderno de poesia provocou um escândalo em Portugal e João Gaspar Simões, no *Diário de Notícias*, publica um editorial criticando violentamente a publicação do Centro de Estudos Africanos, dizendo que não era literatura, era propaganda política. Mas esse caderno, sendo um caderno de literatura africana de expressão portuguesa, tinha poemas de escritores brasileiros e outros não africanos.

O Centro de Estudos Africanos é um programa cultural, que vem na sequência daquele erradamente chamado Movimento Vamos descobrir Angola, de Viriato da Cruz. Nós não conhecíamos África, era preciso conhecer a África. Acrescento que esta denominação que se atribui a Viriato da Cruz não é propriamente dele, porque anteriormente, o escritor angolano Maurício de Almeida Gomes tinha publicado um poema intitulado "Vamos descobrir Angola".

Agora, há três acontecimentos que vão alterar completamente esta situação: o massacre de Pidjiguiti, na Guiné, o massacre de Batepá, em São Tomé, e o 4 de fevereiro em Angola. Os mais velhos, com medo que a Pide associasse esses acontecimentos em África ao Centro de Estudos Africanos, fogem de Portugal. O Mário de Andrade vai para Paris, é redactor em chefe da *Présence africaine*, Lúcio Lara vai para a Alemanha, Viriato da Cruz vai para Alemanha, Agostinho Neto passa a maior parte do tempo na prisão em Portugal, a Alda vai para São Tomé, Noémia de Sousa desaparece, e ficam os mais novos. E o Centro de Estudos Africanos desapareceu por essa razão.

E nós, os mais novos, que íamos assistir sem ter uma actividade importante no Centro de Estudos Africanos, recuámos e voltámos à Casa dos Estudantes do Império.

Estiveste na fundação do Centro de Estudos Africanos?

Eu frequentava a casa da tia Andreza por três razões: sentimentalmente, porque era o sítio onde havia pessoas de São Tomé; por uma questão familiar, a tia Andreza era minha prima; e a questão política, porque eu tinha sido apanhado pelo grupo de Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Francisco Tenreiro, que dirigiam o Centro de Estudos Africanos. Não fui fundador, mas participei em tudo.

Conheceste o Miguel Trovoada?

Ele vivia nessa casa, mas nunca participou no Centro de Estudos Africanos. Era o estudante que lá estava, mas não tinha actividade nenhuma.

Em quês os massacres de Pidjiguiti e de Batepá e o 4 de fevereiro em Angola mudam a situação?

A partir dessa altura, a luta já não é cultural, tem de ser militar. E os angolanos que estavam no estrangeiro – o Mário de Andrade e o Marcelino estavam em Paris, Amílcar fazia as suas viagens entre Angola, Guiné e Cabo Verde, o Lúcio Lara estava na Alemanha – vão para a Guiné Conakry. E, como tinham necessidade de quadros para a organização da luta, é ali que começa a verdadeira organização destes movimentos políticos; eles fazem apelo aos estudantes que estavam na Casa dos Estudantes do Império. E somos nós os cem estudantes que fogem.

Tu estiveste em reuniões do MPLA em 1960, antes da fuga?

O MPLA, como partido, nasce depois da fuga. Mas antes, através do Movimento Anti-Colonialista, através do Centro de Estudos Africanos, havia essa preocupação de africanização dos espíritos, porque nós não tínhamos consciência do que existia em África. Portanto, estes contactos com Agostinho Neto, com Mário, etc. começaram em Lisboa; eu sou fundador do MPLA a partir de Lisboa. E, quando se dá a fuga, há a necessidade de criar um partido, é lá que o MPLA surge.

O MAC - Movimento Anti-Colonialista

Amílcar primeiro tentou politizar os estudantes, derrubando a direcção dos irmãos Castro na Casa de África, não conseguiu. Então houve outra tentativa: através dos marítimos, a mobilização da classe operária vinda das colónias e que trabalhava nos barcos, que também não resultou. Os marítimos foram mobilizados num sentido, porque eles faziam viagens de Lisboa até à Beira, passando por São Tomé, Luanda, Lobito, Lourenço Marques. E no regresso tinham contactos com os angolanos dos musseques, traziam notícias. E por outro lado, a pedido do Viriato da Cruz, o Lúcio Lara manda o primeiro stencil para Angola. Essa era a função deles. Agora, a mobilização em Lisboa limitou-se a duas coisas: os bailaricos e a apresentação de uma peça de teatro, *O mestre-escola*, de um escritor guineense. Há um aspecto caricato: os marítimos estavam três meses em viagens e as senhoras ficavam sozinhas. Os estudantes estavam cá também sozinhos e começaram a surgir «casos», houve conflitos entre eles.

Participaste em actividades com os marítimos?

Eu participei em todas essas actividades com os marítimos, que eram organizadas sobretudo pelos africanos ligados ao Partido Comunista, que protagonizaram a criação do Clube Marítimo: Agostinho Neto, Lúcia Lara, Graça Tavares, Humberto Machado, o Mário de Andrade, António Espírito Santo, etc.

Como tinha acabado os seus estudos e era casado, Amílcar aceitou um posto de assistente do Instituto de Agronomia de Portugal. Ele era um aluno excepcional, bom investigador, e ninguém explorou ainda esta faceta do Amílcar Cabral. Fez muitos estudos sobre o solo no Alentejo. Então, ia fazer missões em Angola, na Guiné e em Cabo Verde. Naquela altura, não havia viagens de avião directas. Fazia-se Lisboa-

Paris, Paris-Nigéria-Cano, Cano-Luanda. E, nessas viagens, ele tem contacto com os intelectuais africanos que estavam em Paris. Estou a falar de *Présence africaine*, de Londres. Ele apercebe-se que os estudantes africanos estavam a preparar qualquer coisa no plano literário e até no plano político. Há então o referendo de de Gaulle que propõe aos países africanos duas coisas: ou ficam connosco ou saem. Sekou Touré sai. Em 1957, Amílcar Cabral, numa dessas viagens, na residência de Marrocos em Paris, em casa de Marcelino dos Santos, na Cité universitaire, cria o primeiro movimento anticolonialista, o MAC. Neste movimento estava Mário de Andrade. E o Amílcar vem para Portugal com uma missão: formar o MAC adulto e o MAC juvenil. Ora, este MAC juvenil recruta os seus militantes a partir da Casa dos Estudantes do Império. Nessa altura não havia MPLA, nem Frelimo nem PAIGC. Eu faço parte do MAC.

Qual era a vossa actividade nesse movimento?

Tínhamos uma actividade sobretudo de informação, em reuniões, acerca do que se passava lá fora, porque até essa altura não havia movimento político da nossa parte. E através do MAC, passámos a conhecer o que se passava lá fora. É a tentativa de imitar os movimentos políticos que estavam a surgir no estrangeiro. Mas a nossa actividade como MAC era muito reduzida.

Tu ficaste no MAC Juvenil?

Eu participei sempre no grupo dos mais velhos, não porque fosse mais velho, mas porque era dos primeiros a chegar a Portugal depois do grupo de Mário de Andrade. Foi só por isso. Quando eu cheguei, já tinha sido absorvido por este grupo de Mário de Andrade. Quando os outros chegaram, o grupo de Mário de Andrade já estava desfeito: Amílcar já tinha acabado o curso, estava a trabalhar, o Neto estava ligado ao Partido Comunista, o Mário estava em Paris, Marcelino dos Santos estava em Paris. O Movimento Anti-Colonialista teve uma existência efémera.

A fuga dos cem

Como foi a fuga dos cem? Porquê e como fugiram?

Quando estou na universidade, para além de participar na Casa dos Estudantes do Império – que era uma actividade essencialmente cultural, falava-se de cultura, não se falava de luta de libertação nem de independência –, havia essas organizações criadas ou influenciadas por Amílcar Cabral, que tinham já um objectivo político, onde eu também participo. Era a Casa de África, o Clube Marítimo, o Movimento Anti-Colonialista e o Centro de Estudos Africanos. Eu era militante dessas organizações, já estava directamente ligado a esse grupo que pensava a África em termos de luta armada.

Quando surge a hipótese da fuga dos cem, era a realização de um sonho: estávamos aqui com um *patois* barato, vamos mas é lutar directamente. E eu entro no grupo.

Sou apanhado em Coimbra, onde estava a estudar. Naquela noite, estava a festejar a passagem de mais um exame – tinha feito o exame de hidrologia e climatologia; estávamos a festejar, à moda de Coimbra, com um garrafão, um chouriço –, quando apareceu um individuo caboverdiano do grupo, o Zé Araújo, a dizer: “Amanhã vais-te embora. Pegas o comboio até ao Porto, ficas no hotel tal, vais de manhã cedo, e à noite, à hora do jantar, tu vais jantar no café x, um dos cafés mais conhecidos no Porto, na altura. Só podes levar 5 kg e levas 20 escudos para pagar as despesas. E assim foi. De manhã apanhei o comboio para o Porto, fiquei a manhã inteira no hotel, à noite fui jantar e, por volta das 8, 9 horas, apareceu-me um americano, que era um dos guias, fazia parte do grupo e nos levou.

Mas não foi uma surpresa? Quando te vieram dizer: é amanhã que tu partes, tu já estavas preparado para isso?

Eu não sabia absolutamente nada, e tinha uma actividade muito intensa em Coimbra, mas não sabia da fuga, soube na véspera à noite.

Um grupo saiu de Lisboa, nós saímos de Coimbra e um pequeno grupo saiu do Porto e outros até de Vila Real. Do Porto saíram poucos, porque naquela altura havia poucos estudantes africanos no Porto. Passámos de carro pelo Minho, Braga, atravessámos o rio Minho a pé, com água até ao pescoço, seguimos pelo norte de Espanha, fizemos toda a costa espanhola e fomos presos em San Sebastian. Nós fomos até Irún e via-se a França do outro lado.

Depois de termos passado fome durante uns quinze dias, a organização francesa pagou-nos um bom jantar em Irun, um grande jantar mesmo. Estávamos a comer num restaurante e estávamos à espera da hora para atravessar a fronteira. Tínhamos todos um *laissez-passer* como grupo de turistas senegaleses, que andavam a passear por Espanha. Quando chegou a nossa hora de passar, o polícia espanhol que estava no jogo naquele dia não apareceu e quem o foi substituir, achando estranha a presença de tantos senegaleses sem visto de entrada, comunicou com a polícia central e fomos presos. Aparece um jipe de da polícia espanhola, fomos todos algemados aos pares, entrámos no jipe e andaram a passear connosco pela cidade. E como não havia ninguém para ficar algemado comigo, fui algemado sozinho.

Quantas pessoas eram do vosso grupo?

Éramos uns quarenta e tal. Ficámos dois ou três dias presos. Meteram-nos numa sala enormíssima, parecia um campo de futebol. O colchão tinha dois terços de percevejos e um terço de palha. Depois surgiram negociações; Franco queria ficar connosco porque tínhamos sido presos em território espanhol. Salazar dizia: não, eu quero estes tipos porque são cidadãos portugueses. Tudo isso é feito com a cumplicidade da Cimade, uma organização protestante francesa de apoio aos refugiados políticos. Salazar tinha enviado um avião para nos trazer. Mas do outro lado da fronteira estavam duas senhoras que faziam parte da Cimade. Quando elas viram a movimentação da polícia, entraram em contacto com o ministro francês dos Negócios Estrangeiros que na altura era protestante, o Maurice Couve de Murville. Este entra em contacto com o Kennedy e foi através do Kennedy e da CIA, e da Cimade, que nós somos libertados.

Atravessámos a fronteira e do outro lado da ponte estávamos em liberdade. Um novo jantar, onde cantámos e dançámos e eu fiz um discurso que eles dizem que foi um discurso notável. Dali fomos para Paris e ficámos instalados uns tempos na Cimade. Estávamos sob a cobertura do governo francês, à espera que se definisse a nossa situação.

Vocês foram embora para se juntarem a outros militantes?

O nosso destino era chegar a Paris, porque os grupos que estavam lá fora precisavam de nós para a organização, para formar os partidos. Esses cem deviam integrar os grupos e movimentos de libertação que na altura existiam.

O PC teve alguma coisa a ver com essa fuga?

O PCP participou na fuga do Agostinho Neto, mas na fuga dos cem, não, nem teve conhecimento sequer. Foram os estudantes africanos com a colaboração da Cimade.

Quanto tempo ficaste em Paris?

Ficámos uns três meses em Paris. Foi na altura da guerra de Argélia, participámos em manifestações a favor dos argelinos. Em Paris, tivemos uma reunião com o director da *Présence africaine*, onde

estiveram também presentes Senghor, Cesaire, Cheikh Diop, Alloun Diop, René Depreste, Jacques Rabemananjara.

A Cimade dava-nos semanalmente 7,50 francos para as nossas despesas. Uns gastavam nos cafés e cerveja; eu e mais um amigo angolano fazíamos vinte quilómetros a pé de Sèvres, onde estava a sede da Cimade, até ao centro de Paris, íamos à livraria das Edições Sociais do PCF comprar livros de escritores comunistas que não havia em português.

Em Paris, fomos visitados por um representante do governo francês, que queria conceder-nos um título de residência e bolsa para estudarmos em França. O governo americano mandou também o seu emissário, que era o Eduardo Mondlane de Moçambique, que nos disse que a América era um paraíso, não havia racismo nem nada. Eu perguntei, “mas ó Mondlane, nós temos aqui negros, como é que é?” – “O americano é esperto: ele vê um indivíduo na rua e diz ‘esse é negro americano, racismo; aquele é negro não americano, pode passar à vontade, somos solidários’”. E foram três para a América.

Qual era o interesse dos Estados Unidos em acolher estudantes africanos?

Quando começou a guerra, os países ocidentais pensaram que, dada a dimensão de Portugal, a guerra não ia durar mais que dois, três meses, e era preciso formar os quadros que, depois de estarem no poder, iriam facilitar o comércio com esses países. E jogaram connosco.

Mas nós não queríamos ficar em Paris, queríamos seguir para Conakry ou para Accra. Perguntávamo-nos, qual é o nosso futuro, aqui na Cimade? Não tínhamos documentação, não havia nenhum partido que se ocupasse da nossa presença. E quem se ocupou de nós foi a Cimade. A Cimade é que tratou da documentação para termos direito de residência, a Cimade é que arranjou bolsa para alguns estudantes africanos, a Cimade é que nos dava algum dinheiro semanalmente.

Mas nós não queríamos ficar em Paris, queríamos ir para África lutar. E há um grupo de africanos, entre eles Manuel Videira, Carlos Pestana, Gentil Viana, Vieira Lopes, que se encarregaram de contactar as embaixadas africanas, no sentido de encontrarem apoio para nos tirarem de Paris. É nessa altura que a embaixada do Gana se prontifica a dar-nos passaportes e a pagar a nossa viagem para Accra. Passámos a ter passaporte ganês. Eu deixei de ser Tomás Medeiros em Paris, passei a ser Kuamina Afari, um nome ganês.

Então, depois desse tempo em Paris, foste para o Gana?

Fui para Accra, porque a missão da Cimade acabava em Paris. Daí fizemos a viagem até ao Luxemburgo de autocarro; no Luxemburgo, apanhámos o avião para as Canárias e depois para Accra. Ficámos instalados na residência dos estudantes universitários de Accra, Dashimota. De Accra fomos para Marrocos, onde teve lugar, em Rabat, o primeiro congresso constitutivo da UGEAN, União Geral de Estudantes de África Negra de Expressão Portuguesa. Eu devia ter sido nomeado presidente, mas, sobretudo porque sendo santomense não tinha expressão política, numérica, nomearam um angolano como presidente da UGEAN. O Viriato não quis um mestiço, queria um negro.

Ali dá-se um caso que podia ter sido dramático: o Holden Roberto e o Nkrumah, presidente do Gana, tentaram envenenar-nos, porque éramos do MPLA e não da UPA. Eles tinham um plano já preparado para nos envenenar. Punham o pozinho na comida e nós caíamos para o lado. Lá não havia nenhuma polícia capaz de investigação, morríamos e ninguém mais falava de nós. Foram Mário de Andrade e Franz Fanon que, tendo conhecimento do plano foram falar com o Nkrumah e disseram: “Deixem os rapazes tranquilos”. Foram eles que nos salvaram.

O que é que acontece? Fez-se a distribuição dos estudantes, uma vez concluído o congresso. Os caboverdianos foram para o grupo do PAIGC, foram para Conakry; os angolanos foram para o Congo-Kinshasa com o MPLA. Os outros, como não eram necessários, foram fazer os seus estudos.

É de Rabat que eu parto para Praga, onde estou três meses, e depois para a URSS, eu mais uns três ou quatro angolanos. Eu estava no fim do meu curso, estava no 5º ano, fui enviado para Moscovo e depois para a Crimeia. Uns iam ficar em Paris, outros foram para a Holanda, uns para os países de leste, ficaram na Tchecoslováquia a estudar.

Há cem que fogem, mas à partida não iam todos para o treino militar? Já estava decidido que uns iam fazer formação técnica ou científica e outros formação militar?

Os cem, quando saem, é para integrar os movimentos de libertação que existiam. Uma vez em Paris, fazia-se a distribuição. Os estudantes negros foram todos para a UPA, ficaram com Savimbi. Os estudantes caboverdianos foram para o PAIGC, ficaram com o Amílcar; os moçambicanos também desapareceram, eram poucos, não existia a Frelimo. Os médicos angolanos que já estavam no fim do curso foram para o Congo-Kinshasa, na altura Léopoldville, com duas funções: uma, concluir o curso na universidade Lovanium, dirigida pelos belgas, e ao mesmo tempo servir de apoio ao MPLA, que pretendia instalar-se em Léopoldville, criando o CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Apoio aos Refugiados, uma espécie de centro de saúde. Só que essa tentativa foi abortada, porque quem comandava no Congo-Kinshasa era Mobutu, que apoiava a UPA, e havia mandados de captura contra os médicos, eles foram obrigados a fugir. Isto em relação aos médicos. Os outros: uns ficaram em Paris, poucos, outros foram para diferentes países da Europa e um pequeno grupo foi para a URSS, do qual eu fiz parte, para estudar. Porque os movimentos de libertação não tinham estruturas para suportar esta avalanche de estudantes que tinham fugido no grupo dos cem. E havia bolsas de estudos disponíveis. Os movimentos não precisavam apenas de militares, precisavam de quadros.

E tu ficaste decepcionado com essa distribuição?

Não, porque eu tinha aquela admiração pela União Soviética. Nós todos em Portugal éramos comunistas sem sermos comunistas, a União Soviética era o paraíso. Eu tinha essa ambição de conhecer a União Soviética e, quando me anunciaram que eu ia para a União Soviética, fiquei satisfeito.

Estudante na URSS

Ao fim de um ano e meio de aprendizagem do russo em Moscovo, fui para a Crimeia, onde acabei o curso de medicina. Paralelamente a esse curso havia umas cadeiras que eram facultativas para os estrangeiros mas obrigatórias para os russos: latim, história do partido, marxismo-leninismo, economia política e medicina de guerra. Como não tinha que fazer, porque estava toda a gente a estudar e a trabalhar, fiz essas matérias todas.

Acabei o curso de medicina, deram-me uma bolsa da academia das ciências médicas da Ucrânia para fazer o doutoramento em medicina. Depois de terminado, fui para Brazzaville, onde fiquei como comandante.

Vocês tinham relações com outros estudantes estrangeiros ou soviéticos?

Sim, sim, com os soviéticos era quase obrigatório, porque no lar, obrigatoriamente, havia um soviético no nosso quarto. Nas actividades da faculdade, havia sempre soviéticos e tínhamos liberdade de contactar os estudantes estrangeiros. É assim que eu apareço na criação da federação dos estudantes

africanos da União Soviética, fazíamos contactos. Havia a preocupação de porem nos quartos indivíduos que falassem línguas diferentes, éramos obrigados a falar russo. E nos bailaricos também.

Na Crimeia, fiz parte da União nacional dos escritores da Crimeia, sou seleccionado e publicado numa antologia dos melhores poetas da Ucrânia, como sendo ucraniano. Fiz umas palestras, fiz parte do grupo desportivo da faculdade, toquei, cantei na televisão, fui locutor na rádio. Tinha uma vida muito boa, foi extraordinário. Passei três anos na União Soviética, foi maravilhoso.

Quando estavas na União Soviética, que actividades políticas é que tinhas? Por exemplo, na rádio, era uma actividade política? Como é que funcionava?

Na União Soviética, além de estudar e fazer parte da rádio como locutor e repórter, sou fundador e membro da Federação de estudantes africanos na URSS. A partir de Moscovo fui a Belgrado e fiz parte da Federação dos estudantes africanos na Europa, fui membro da direcção dessa federação.

E essas associações de estudantes tinham alguma coisa a ver com as lutas de libertação ou eram apenas estudantis...?

Era uma tentativa de manter os estudantes em actividade e dar a conhecer a África. Porque os soviéticos não conheciam a África; a ideia que tinham da África eram os pretos que dormem na palhota e nós quisemos responder a esta situação. E também influenciar. A Federação dos Estudantes Soviéticos dava bolsas e facilitava a ligação com o partido. Naquela altura, havia dois organismos que conseguiam bolsas: era a Cosec, com sede em Leiden na Holanda e financiada pela CIA, e havia a UIE, União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga financiada pelo Partido Comunista da União Soviética.

Volto a Moscovo, onde conheço a mulher do Mário de Andrade, Sarah Maldoror, que me introduz junto de uma escritora soviética, Lydia Nekrassova, que estava a traduzir Castro Soromenho. A senhora tinha dificuldade, porque falava mal português, e eu fui co-tradutor com ela do romance *Camaxilo* de Castro Soromenho, do português para o russo. E essa senhora também apresentou-me um académico soviético que era especialista das colónias portuguesas na Academia das Ciências. Pois ele não conhecia a África portuguesa e ao fim de uma tarde de conversa, perguntou-me se eu queria ser seu colaborador. E passei a ser colaborador da Academia das Ciências da União Soviética. Essa situação dava-me direito a ser investigador da biblioteca Lenine.

Mas tu tinhas a sensação de estar também a ter uma actividade política anti-colonialista, no tempo em que estiveste na União Soviética?

Não, não havia organização; eu era estudante.

E a rádio, como é que era?

Na rádio, eu era locutor, lia o noticiário e havia um português que lia os discursos oficiais. Eu também fazia reportagens na rádio; era uma actividade política.

Quem é que decidia os temas das reportagens ou das notícias?

Era a direcção da secção portuguesa da rádio, onde estava o Chico da CUF, havia duas brasileiras, uma delas até falava correctamente português de Portugal e tinha vindo a Portugal, enviada para fazer espionagem. Era a secção portuguesa que dava os textos e nós só líamos.

Para falar das colónias, eram eles também que decidiam?

Os textos do noticiário e os textos políticos eram eles, mas nós tínhamos autonomia para escolher os outros textos. Escolhíamos e submetíamos à apreciação. Dou-te um exemplo: havia uma altura em que

o Neto estava preso e saiu em Paris o manifesto assinado por uma série de intelectuais a pedir a libertação de Agostinho Neto. Aproveitei o manifesto e fiz o meu artigo para ser lido na rádio. A burocracia foi de tal ordem que, quando autorizaram e quando eu li o texto, o Agostinho Neto já estava fora da prisão.

À meia-noite, saíamos da rádio, íamos comer cozido à portuguesa na casa do Chico da CUF, que tinha iniciado as emissões em língua portuguesa com Jorge Amado. Como tinha muito dinheiro, ia à ópera, ia ao teatro, ia ver os espectáculos todos da União Soviética. Era um mundo diferente.

Esse trabalho na rádio era remunerado?

Eu só comecei a ganhar dinheiro em Moscovo, nós actuávamos sempre de graça. E um dia aparece um emissário da rádio a perguntar se não havia ninguém que falasse português, porque eles precisavam de um locutor. E fomos dois fazer um teste. Eu fui seleccionado e passei a ser locutor e repórter da rádio de Moscovo. Ganhava 90 rublos por mês; era muito dinheiro! Eu tinha uma bolsa de 90 rublos da universidade, que já era boa, e passei a ter esta remuneração da rádio. Também escrevia artigos, cheguei a ganhar 350 rublos por mês!

E depois comecei a ganhar como médico na Argélia. Dos partidos, nunca ganhei nada. Em Argel o partido perguntou-me se eu precisava de dinheiro, eu recusei sempre; não tinha actividade política que justificasse. Como director da *Mensagem* também não era remunerado. Pagávamos uma quota simbólica de dez escudos e a maioria das pessoas não pagava, porque a Mocidade Portuguesa dava na altura 23.000 ou 26.000 escudos por mês, e chegava.

Estavas com outros estudantes das colónias portuguesas?

De Angola, havia uns dez, havia um caboverdiano; os guineenses não se aproximavam de nós. Mas tínhamos uma vida boa, fiz relações de amizade com os russos. Gostei imenso da URSS, senti-me logo em casa quando cheguei. Posso até dizer, os melhores momentos da minha vida, como activista, como intelectual, passei na URSS. Aqui em Portugal havia o hábito de estudar no café; quis fazer isso na União Soviética, não consegui. Chegava um: bom dia camarada, você de onde é? – Sou de São Tomé. – Um copo de vodka! Pela paz! Chegava outro: é de São Tomé? Pela amizade!

Mas havia um problema na URSS, era a politização. É que o marxismo que se ensinava era um marxismo tão primário, “como disse o camarada Khrustchov, como disse o camarada não sei o quê”; e a malta estava farta de Khrustchov, de tudo isso. E depois, também havia carências. Eu levo uma camisa de nylon; eles não sabiam o que era nylon. No meu quarto à noite, puxava de uma bacia, começava a lavar. – O que é que estás a fazer? – Estou a lavar uma camisa, para vestir amanhã. – Ah, amanhã não vestes, vai estar molhada.

Quando chegámos, a universidade deu-nos um bónus que dava direito a comprar roupa no valor de 300 rublos, dava sobretudo, chapéu, camisa, todo o equipamento. E no estilo portuga, cada um no seu cantinho escondido, íamos comprar sozinhos. No dia seguinte, os homens tinham todos o mesmo fato, as mulheres todas com a mesma saia! Outra coisa que acontecia com as mulheres: a roupa interior era de flanela e os árabes, quando chegaram, começaram a levar roupa de nylon e aquelas namoradas dos árabes, que apanhavam roupa de nylon, vestiam e iam para a festa e cruzavam as pernas; no dia seguinte eram todas à procura dos árabes. E a coisa foi de tal maneira escandalosa que o Ministério dos Negócios Estrangeiros mandou-nos uma carta a dizer: vocês vão passar as férias fora, podem trazer as coisas individuais e o excedente fica – porque a malta vinha com roupas de nylon. O biquíni não existia.

Como era o ensino na URSS?

Na União Soviética vivi momentos extraordinários, com uma formação médica extraordinária. Aprendi mais lá do que nos cinco anos em que estive em Portugal. Os soviéticos tinham uma mentalidade: a universidade não ensina tudo, ensina a pensar; ajudaram-me a pensar medicamente. Inclusivamente, na

própria formação que eu tive, tive a disciplina de filosofia da medicina, coisa que em Portugal não existia.

Nós aqui, em anatomia, tínhamos quatro livros deste tamanho e tínhamos de saber tudo de cor e salteado. Em Moscovo, o livro era pequeno; “você não quer ser cirurgião, portanto não tem de estudar tudo isto”. Ensinavam a pensar e aprendi bastante.

Não havia chumbo na União Soviética, porque os alunos eram acompanhados por um assistente, que via ao longo do ano quais eras as dificuldades e ensinava. Na altura dos exames, havia uma troika: um representante da faculdade, um do partido e um do governo, para descobrirem os talentos dos alunos. E mandavam os alunos para escolas especializadas. Fizeram-me uma coisa na faculdade: era o último exame que eu tinha antes de terminar o curso; tive uma cólica renal e internaram-me. Pensei: safei-me, estou doente aqui no hospital, ninguém me vem chatear. No dia do exame, o júri veio ao hospital. Eu sabia a matéria, não contava é que o exame fosse no hospital.

E o acesso à cultura, como era?

A vida era muito barata. Cinco rublos para ir ao Bolschoi. E os alunos não pagavam nada. No início do ano escolar os alunos iam a uma secção e levavam os livros que precisavam para estudar. Se eu precisasse de uma revista francesa – não existia – a universidade fazia o pedido e a revista aparecia. O soviético era um povo culto, havia espectáculos por todos os cantos. Estavam sempre em lotações esgotadas, era preciso marcar com antecedência. As livrarias não faziam publicidade, o livro saía de manhã, de tarde já não existia. Os intelectuais não ficavam em casa, iam para as fábricas, iam para outros sítios. A ópera ia para as vilas, para as aldeias mais distantes. Havia uma participação extraordinária. Uma vez em Moscovo, fazia trinta graus negativos, diante da estátua de Pushkine, estavam 15 mil pessoas ali a ouvir poesia.

Mas também havia uma falta de formação ideológica. Eu fiz um curso de filosofia marxista-leninista; não aprendi nada. Fiz um curso sobre a história do partido. A história do partido era Stalin, mas história do Partido Comunista da União Soviética era bem mais rica do que isso.

Mas gostei de lá estar, da simplicidade das pessoas. Lá não festejam o natal, festejam o ano novo. O primeiro ano novo que eu festejei, não foi com os amigos, não foi com o Zé da esquina, foi com os grandes académicos, os grandes oficiais soviéticos na Academia das Ciências. Receberam-me como se eu fosse um igual. Em Portugal não era possível.

Portanto, fiquei um ano e meio em Moscovo, na universidade Patrice Lumumba, terminei os estudos, tive logo de sair. Eles não aceitavam quadros estrangeiros; acabou o curso, vai-se embora, vai trabalhar na sua terra. Fui para o Congo-Brazzaville, onde integrei a luta armada, com a categoria de comandante militar.

Com o MPLA na luta armada

Porquê Brazzaville?

Naquela altura, o quartel-geral do MPLA era em Brazzaville e era para onde iam os quadros todos do MPLA.

O que aconteceu é que o MPLA tentou primeiro instalar-se em Kinshasa, Congo-Léopoldville na altura, dirigido por Mobutu e Kasavubu, presidente da República, que era um laçao dos belgas. E quem dominava no Congo em termos angolanos era o Holden Roberto. Os angolanos que estavam no Congo eram congolanos, filhos de angolanos que viviam há muito tempo no Congo, não tinham ligação nenhuma ao MPLA. O MPLA chega ao Congo como estrangeiro, por isso as dificuldades em instalar-se

no Congo-Kinshasa. Então, o MPLA sai de lá e vai para o Congo-Brazzaville, que era dirigido pelo Fulbert Youlou, um abade.

Como começa a tua participação na guerrilha?

Como a sede era em Brazzaville, a 350 km da fronteira, o MPLA aluga uma antiga quinta a uns cinco quilómetros de Dolisie, onde forma a retaguarda da guerrilha, e a guerrilha está a uns dez quilómetros, já no território de Cabinda.

Em Brazzaville, estive uns seis meses à espera que me dessem orientação. Eu e mais alguns quadros formados na URSS. E depois segui para Dolisie, uma cidade a uns 300 km de Brazzaville, a terceira cidade do Congo-Brazzaville, e a pouco mais de 20 km da fronteira com Cabinda, que dava acesso à região onde nós estávamos instalados militarmente. Eu tão depressa estava em Dolisie, como estava no interior de Cabinda, na mata de Maiombe.

Em Dolisie, onde fiquei um ano e tal, a minha função era médico dos guerrilheiros e professor de rudimentos de medicina de guerra. E também era professor de política. O que nós fazíamos em Dolisie era dar aulas teóricas, introdução à política, umas noções, sobretudo política nacional, alfabetização dos militantes que não sabiam ler nem escrever, formação em cuidados de saúde, e tínhamos uma grande camaradagem entre nós. Eu também tinha um consultório onde dava as minhas consultas.

Houve feridos ou mortos no tempo em que estiveste lá?

Curiosamente, não tivemos nem mortos nem feridos, embora houvesse combates. E como era o único quadro graduado do MPLA na altura, pelo estatuto do EPLA – Exército Popular de Libertação de Angola – eu tinha o título de comandante militar. Fiz parte do batalhão Cami, do EPLA. Eu fui também médico do EPLA nas zonas libertadas, fui médico dos angolanos na fronteira. E estive lá um ano e meio. Ao fim deste período, por razões que ainda não sei bem explicar, fui enviado para Accra.

Tu vais para o Congo já depois da fundação do MPLA?

A data em que o MPLA foi fundado é discutível. Eu não sei exactamente quando foi, cada um diz a sua data. Mas o certo é que quando saímos de Portugal em 1961, o MPLA praticamente não existia. Existiam os indivíduos que vieram a fundá-lo. O Mário de Andrade estava em Paris, era redactor em chefe da revista *Présence africaine*, onde assinava com o pseudónimo de Buanga Fele. O Lúcio Lara estava na Alemanha. O Viriato também estava na Alemanha, mas não como militante do MPLA. Eduardo Santos, médico, em Conakry, e eu estava na URSS. A data exacta é discutível, eu prefiro não avançar nenhuma. O certo é que quando eu vou para Brazzaville, o MPLA lutava com grandes dificuldades.

Primeiro, a da instalação da direcção do MPLA em Brazzaville. Segundo, com a mobilização dos militantes que depois seriam enviados para os países amigos com o fim de fazerem cursos ou preparação militar. E a guerra que existia em Cabinda. Estes problemas todos existiam e eram graves. Eu estive em Brazzaville durante uns meses e depois fui para o interior. O MPLA não nasceu na data x. Os pressupostos já existiam antes e eu fiz parte deste grupo. Aliás, o Lúcio Lara, num dos livros que publica, faz referência à minha presença como um dos fundadores do MPLA, ainda era estudante da Casa dos Estudantes do Império. Aí começa-se a por a ideia da sua criação. Agora, surge com maior urgência depois de Pidjiguiti, depois de Batepá e depois do 4 de Fevereiro. Era preciso dar continuidade. De outra forma, não creio que as coisas tivessem ido tão depressa.

Chegaste a combater nas fileiras do MPLA?

Durante a minha formação médica em Sinferopol, capital da Crimeia, eu fiz o curso de medicina de guerra e fazendo esse curso, embora não tivesse a preparação militar para combater, tinha formação suficiente para compreender os fundamentos da luta armada, e sobretudo para saber como instalar os

cuidados de saúde numa fase de luta armada. Isso, eu sabia e cheguei a fazer. Mas nunca combati. A minha função era construir os fundamentos de uma assistência médica nessa situação, porque havia várias fases: a frente de combate, como transportar os combatentes até à retaguarda. E na retaguarda, os cuidados a ter perante as situações que se apresentavam. E também politicamente, porque os militantes que vinham do interior não tinham formação política, era preciso dar-lhes uma pequena formação antes de eles seguirem para os países de leste, onde iriam fazer a sua formação militar.

Em Cabinda, eu tenho um encontro com os militares cubanos que foram a Angola estudar as condições da presença militar em Angola, e discuti com os cubanos teorias que eles apresentavam, que era a teoria do foco de Régis Debray e a teoria de *atacálo y tomálo*. A teoria do foco era muito simples: desembarcava-se numa aldeia, dava-se uns tiros aos portugueses e os populares imediatamente integravam o comando militar. Falso. E *atacálo y tomálo*, em princípio, era correcto; a guerrilha era um acto de surpresa, matava-se os militares e recuperava-se as armas e recuperava-se a documentação.

Porquê recuperar a documentação?

Para efeitos de propaganda política; se eu disser que matei um coronel, o jornalista não vai acreditar. Mas, se em teoria era fácil, em África é difícil, porque há a teoria da alma: vou roubar a alma a um morto, roubo os papéis ao morto e à noite, quando ele aparecer na minha casa a pedir os papéis e a sua arma, como é que eu faço? A malta tinha medo.

E também outra coisa: era preciso lutar contra a crença que os militares tinham de “amarrar o corpo”. Isso significava fazer determinados preceitos que tornassem o corpo inviolável perante as balas. Um dos dirigentes da guerrilha, um dos grandes guerrilheiros do MPLA, só ia combater depois de uma injeção de cálcio na veia. Porque fazendo uma injeção de cálcio, o indivíduo sentia calor na língua, o que ele interpretava como sinal de que o corpo estava blindado e podia combater à vontade. Se eu dissesse, você não tem necessidade nenhuma, ele não ia combater. E, se por azar ele morresse, os outros, o que é que diziam? Que ele morreu porque não teve a injeção. E como não me custava nada dar uma injeçãozinha, não fazia nem bem nem mal, ele ia convencido de que o corpo estava “amarrado” e ia cheio de combatividade. Só não morria porque o terreno era propício para a guerrilha; só não morriam porque eles conheciam o terreno e porque sabiam as técnicas da guerrilha. Ora, convencer esses indivíduos que não morriam porque conheciam a técnica da guerrilha e era a técnica que os protegia, era um problema difícil.

Outro, só ia combater depois de ir à fronteira do Gabão consultar um feiticeiro e o feiticeiro “amarrava-lhe” o corpo. Se eu dissesse: “você não vai consultar o feiticeiro”; e ele ia combater e morria? Os outros, o que é que diriam? Eu não podia impor nada, até porque não era do sítio, era mestiço, era estrangeiro. Interessava-me era que houvesse combates, que eles matassem os soldados portugueses. Como, não interessa.

Que alternativas é que tu tinhas em relação à superstição? Tu tinhas ideias de como lidar com essa superstição?

Era um bocado difícil, porque eles eram a maioria, eram os donos da terra, eles é que conheciam a terra, eles é que lutavam. Eu vinha com o meu discurso dialéctico, eu compreendia que essa história era uma fantasia, mas não podia impor as minhas ideias, porque eles não acreditavam. Se eu impusesse as ideias, eles fugiam, portanto, não podia.

Mas tu dizes que as ideias que estava a impor o MPLA não resultavam.

Não, a guerrilha era uma coisa muito complicada. O MPLA tinha guerrilheiros e tinha comissários políticos. Mas havia um problema curioso: é que a guerrilha estava a 300 km de Brazzaville e estava longe de Dolisie. Portanto, o contacto directo da direcção do MPLA com a guerrilha era esporádico. Esses militantes do MPLA que estavam na guerrilha tinham fugido de Angola e de Cabinda por razões

várias, tinham sido enviados para os países de leste para formação política e militar, sobretudo, e quando regressavam aplicavam os conhecimentos que tinham recebido. Mas nós não tínhamos conseguido alterar a mentalidade desses indivíduos. E até interessava-nos a aceitar esta mentalidade, porque se assim não fosse eles fugiam.

Quando vim, quis impor um regime alimentar, as proteínas, essas coisas todas que a gente aprende nas universidades. Eles revoltaram-se. Mandioca: aquilo é pesado, tu vais combater com aquela bola de mandioca, munições e arma, se o português reagisse, eras apanhado, com o peso das munições.

Ainda há a própria disciplina militar no seio dos militares. Um militar não tinha nada que estar casado e viver com a sua mulher. Um militar tinha de fazer exercício militar todos os dias; tinha de fazer um regime alimentar. Eu, pouco a pouco, fui pondo em causa a falta dessa disciplina. Isso criou-me dissabores. Tenho a impressão que foi mais por isso que rapidamente fui enviado para o Gana, com o objectivo de criar o MLSTP. Essa foi uma decisão do MPLA, em 24 horas. Acho que fui afastado porque havia uma situação que, a partir dos conhecimentos teóricos que tinha, entendia que punha em causa a própria existência da guerrilha e era preciso corrigir.

Mas tu estavas a favor da luta de guerrilha?

Eu estava a favor da luta de guerrilha, mas estava contra a maneira como a luta estava a ser conduzida. A minha teoria entrava em colisão com as próprias directrizes da direcção do Partido. Havia também a discordância em relação à localização da base onde estava instalado o quartel-general da guerrilha, que a tornava facilmente vulnerável à acção do exército colonial. Por outro lado, havia também a contestação por parte dos comandantes militares que eram de Cabinda; não compreendiam que este médico vindo de fora pudesse querer alterar o esquema que estava montado. Eu creio que foi por isso que me despacharam rapidamente para o Gana.

O Neto era um “marxista-leninista”, um comunista; queria impor o sistema “marxista-leninista” copiado do PCP para a situação angolana. Mário de Andrade dizia: não, nós não podemos negar a contribuição do marxismo na compreensão dos fenómenos sociais, mas temos que arranjar uma solução especial para Angola, porque Angola não é Portugal e o MPLA não é o Partido Comunista Português. O Neto era a cópia do PCP: o partido diz, a gente faz. Onde é que havia classe operária em Angola? Onde é que havia burguesia e pequena-burguesia em Angola? Não havia. Se é “Movimento Popular de Libertação de Angola”, movimento não é partido. Portanto a disciplina do partido não é a disciplina do movimento.

Por que é que o MPLA quer ficar em Brazzaville, a 300 km dos combates? Por que não em Dolisie?

Dolisie ficava longe. Brazzaville era capital. E os contactos com o estrangeiro, com as embaixadas? Têm de ser feitos a partir da capital. Em Dolisie o contacto com o exterior não era possível. Em Dolisie, criou-se uma escola de formação de quadros para os militantes do MPLA. Faziam a sua primeira aprendizagem e só depois é que seguiam para os países de leste ou directamente para a guerrilha. Brazzaville era necessário, porque era um ponto nevrálgico, de lá vinham os apoios.

Mas tu achavas que era um erro, que eles deviam estar mais próximo da guerrilha?

Não, não achava, porque era a realidade, tinha de ser assim. Agora, eu era crítico, sim, em relação à maneira como a guerrilha estava estruturada.

A base da guerrilha instala-se à entrada da floresta de Maiombi, porque a fronteira a separar o Congo-Brazzaville e Cabinda era apenas uma estrada; não era uma fronteira com controlo como na Europa, era uma estrada. Depois segue uma região de planície e depois da planície começa Maiombi. Ora, fomos montar a base na região de planície. A poucos quilómetros havia a serração do Afonso, que era um português que vivia da serração de madeira. Aos sábados e domingos, a tropa portuguesa ia à serração do Afonso confraternizar, beber e passar um fim-de-semana. Nós, na nossa base, a olho nu, víamos a serração do Afonso e naturalmente a serração via-nos, a localização não era boa, tínhamos de ir para

longe. Por outro lado, a floresta de Cabinda era uma floresta muito espessa, não tinha condições para que se instalasse a guerrilha no interior da floresta, era muito difícil.

Quando vi aquilo, disse: não pode ser; porque se nós a olho nu conseguimos ver os portugueses, eles com um binóculo vêem a nossa posição. Tentámos várias vezes elaborar planos para a ocupação da serração do Afonso, só que não tínhamos armas de grande alcance. Eu dizia que a base tinha de sair dali e eles não aceitavam essa crítica.

Mais: os militantes do MPLA na fronteira de Cabinda não eram militantes, no sentido de pessoas que viviam em função de uma ideologia do partido. Eram pessoas que tinham fugido dos bombardeamentos portugueses; chegando à fronteira com Cabinda, no território do Congo-Brazzaville, tiveram condições para desenvolver a sua agriculturazinha, plantavam as mandiocas, etc. E os nossos guerrilheiros tinham as suas namoradas nessa região. Mas eu achava que não podiam ter namoradas ali perto da fronteira. Os guerrilheiros iam dormir em casa das mulheres, isso não era possível. Tentei introduzir o esquema: as mulheres acabaram, mulheres, é para depois da independência. O guerrilheiro tem de fazer ginástica, tem de seguir um regime alimentar, etc., e eles não gostaram e começou a gerar-se um descontentamento dos comandantes de Cabinda, os *fiots* como se chamavam, em relação à minha pessoa. Eu e alguns comandantes do MPLA, os comandantes Carlos Rocha, Enda, Spencer, Chipenda, Jica, fizemos um relatório fazendo críticas a esta situação e apontando soluções. Demos o relatório ao Chipenda para discutir na direcção do MPLA. O Lúcio Lara, quando viu o relatório, arquivou-o, não discutiu.

Mas então tu não estavas sozinho nessas críticas?

Eu não estava sozinho, mas os outros eram angolanos, podiam ficar; eu era estrangeiro, estava a criar problemas.

Em Cabinda houve duas visitas interessantes: uma, é a de um jornalista soviético do jornal *Pravda*. O jornalista esteve connosco uns dias, visitou e ficou admiradíssimo por ver um militar que falava russo e lia Maiakovski, e fez-me uma longa entrevista. A outra, é a de uma delegação dos cubanos. Essa delegação era dirigida por Che Guevara e tinha dois comandantes. O Che Guevara tinha estado em Brazzaville com a direcção do MPLA. No dia em que devia ir onde nós tínhamos a base de guerrilha para discutir connosco as modalidades de integração dos cubanos na nossa luta, Che Guevara teve uma crise de asma e só vieram os comandantes. Foi aí que eles discutiram a teoria do foco e a teoria da *atacão* e *tomálo*.

Deu-se um caso na base de Dolisie: apareceu um indivíduo de uns 60 anos como militante do MPLA. O que fazer com este indivíduo? Pô-lo na guerrilha? Ele não tinha idade para combater; para estudar, não tinha condições. Então, foi nomeado chefe da cozinha; ele é que ia fazer as compras e orientava toda a nossa cozinha, e tínhamos toda a confiança no homenzinho. Ele ia fazer as compras e em Dolisie aquilo era música 24 horas; arranjou umas namoradas, as namoradas pagavam-lhe umas cervejas e ele tinha de retribuir; e notámos que o rancho estava a ficar mais reduzido e os trocos também desapareciam.

Montámos um tribunal militar e fomos julgar o camarada Kassoma. Eu era presidente do tribunal militar. Interrogámos o camarada e vimos as lágrimas a correr-lhe dos olhos. Uns diziam: isso é fuzilar logo! Quando chegou a minha vez, eu tinha a última palavra, fiz um grande discurso e disse: "ó homem, você hoje está perdoado, mas a próxima vez fica ali encostado à parede e *pum, pum* e você desaparece". Decidimos conceder-lhe um pequeno subsídio para satisfazer as suas necessidades. O homenzinho passou a ser o meu melhor amigo. Ele então ouvia as conversas dos comandantes *fiots* de Cabinda e vinha conversar comigo. Eu sabia que havia um complot contra a minha pessoa. Um dia em Dolisie, na base, aparece um representante da direcção do MPLA: "você amanhã vai connosco para Brazzaville, porque no dia seguinte vai para Accra". E mandaram-me para Accra sem nunca explicarem porquê.

E como é que vocês estavam organizados nessa altura em que estiveste lá: havia reuniões, discussão política ou organizativa?

Havia Brazzaville, a capital, de onde os dirigentes do MPLA periodicamente iam a Dolisie fazer as suas reuniões, nas quais eu participava. Em Dolisie, era ponto de paragem dos candidatos a combatentes, que vinham do interior, faziam primeiro a aprendizagem política em Dolisie, e depois iam para os países do leste e até a China e o Vietname, fazer a preparação militar e regressavam. De Dolisie iam para a fronteira.

Quando tu és enviado para Accra, em 1965, tu sentiste isso como um afastamento; foi o MPLA que te marginalizou. Por que é que te queria marginalizar?

Porque eu era do contra. Eu estava a ser uma pessoa indesejada, estava a criticar muito. Eu e alguns comandantes do MPLA apresentámos uma proposta de reestruturação do MPLA, porque entendíamos que as coisas como estavam a funcionar não davam. E demos essa proposta a um dirigente do MPLA e ele sabotou. E quando surge esta oportunidade de formar o partido de São Tomé, despejaram-me, mandaram-me para Accra.

Mas já existia o Comité em 1965?

Existia um Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, que foi criado por Mário de Andrade, do qual o secretário-geral era Miguel Trovoada. Mário de Andrade inventou o Comité para que houvesse representação de São Tomé e Príncipe em Casablanca, na fundação da CONCP. Esse comité fez uma conferência em Nova Iorque, na comissão de descolonização e foi a Nova Delhi. Depois desapareceu e não se falava mais de São Tomé. Trovoada fixou-se em Libreville e por lá ficou. São o Agostinho Neto, o Lúcio Lara e Hugo de Menezes que têm a ideia de um Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

Mas isso é só em 1972. Quando tu vais para Accra...

Não havia movimento nenhum.

Havia ainda o Comité. Tu foste secretário-geral do Comité.

Não, eu fui criar o MLSTP, o Comité já tinha morrido. O Comité nasce em Casablanca, depois o Miguel Trovoada fixa-se em Libreville e nunca mais deu sinal de vida. Em teoria, havia um comité, mas não funcionava.

Mas era um Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe. Porquê era o MPLA a decidir criá-lo, decidir mandar-te para lá ou tirar-te de lá?

Porque o MPLA tinha ligações com o Hugo de Menezes e o MPLA tinha necessidade de “matar” de vez o Miguel Trovoada, porque ele tinha ligações com a UPA e o Holden Roberto. Toda a gente queria libertar-se do Miguel Trovoada e então, como Accra era o ponto de passagem de Brazzaville para Europa, Hugo de Menezes, Lúcio Lara e Agostinho Neto pensam criar um movimento de libertação.

Por que é que o Comité estava no Gana e não outro país?

Escolheram Gana para sede do MLSTP por uma razão simples: no Gana já estavam alguns santomenses, um deles um médico, Hugo de Menezes, que estava instalado, tinha o seu consultório, tinha um tempo de rádio à disposição e tinha um jornal disponível, que era a *Fagulha* e ele estava quase sozinho. Havia outro médico santomense, Guadalupe de Ceita, e estava mais um moço, que era o Virgílio. Havia uma base possível no Gana. E também porque o Gana, a seguir à Argélia, era o país do continente africano que dava maior ajuda aos movimentos de libertação. Foi por isso que eu fui para o Gana.

Chegámos a Accra e numa noite fizemos o partido. Fizemos uma reunião em casa do João Guadalupe de Ceita, trocámos umas ideias e formou-se o partido; eu sou nomeado secretário-geral. Como as nossas reuniões eram feitas em casa, à porta fechada, a imprensa não tinha acesso e não havia divulgação, nem pela rádio nem pelos jornais. Acontece que nalguns jornais aparecem os dois nomes, MLSTP e CLSTP, publicavam notícias de São Tomé anunciando a presença de dois partidos, um dirigido por Miguel Trovoada e outro dirigido por Tomás Medeiros.

Porquê? O CLSTP do Miguel Trovoada foi criado em Casablanca, num congresso (da CONCP); os jornais estavam presentes e noticiaram. Mas o MLSTP nasce em casa do Guadalupe de Ceita; não havia rádio, não havia televisão, não havia nada, portanto, foi uma coisa quase clandestina e os jornais pensaram que eram duas entidades. Mas era só uma, o Miguel Trovoada tinha desaparecido.

O Gerhard Seibert escreve que o Trovoada era acusado de levar uma vida faustosa, de desviar a seu proveito...

O Miguel Trovoada nunca se interessou pelos movimentos de libertação. Ele apanhou-se com o dinheiro que recebeu e instalou-se em Libreville. E tinha ligações muito duvidosas com a polícia secreta francesa; até se dizia que o Miguel Trovoada era um agente da polícia secreta. Eu não tenho provas, mas era o que se dizia na altura. Vi fotografias de Miguel Trovoada com Holden Roberto. Portanto, era um indivíduo indesejável, e levava uma vida de luxo. Em Libreville era amigo do presidente Bongo.

E como se desenvolveu a actividade do grupo quando foste para secretário-geral?

Teoricamente, continuámos com o acesso à rádio e o jornal, mas as coisas não funcionaram tão bem. O jornal sim, porque eu tomei a responsabilidade de continuar a publicá-lo, mas perdemos a rádio, não soubemos utilizar a nossa hora de emissão. Esse partido tinha poucas hipóteses porque andávamos dispersos.

Primeiro, a motivação política. Os santomenses que estavam no exterior não saíram para lutar, saíram por questões pessoais. E estávamos dispersos, havia gente em Pontanegra, em Libreville, em Accra, havia gente na RDA a estudar, eu estava na guerrilha do MPLA, e não era possível juntar este grupo todo no mesmo país. Formou-se o partido, mas não havia actividade nenhuma. Eu lembro-me: além dos contactos com as embaixadas, havia a embaixada cubana que era muito nossa amiga e participámos na 2ª conferência da CONCP em Dar-es-Salam, em Outubro de 1965. Eu passava a maior parte do tempo nas bibliotecas a ler. Em Accra, na biblioteca George Padmore... George Padmore era um indivíduo da Jamaica, vivia na América, era comunista; escreveu um livro sobre o comunismo que a *Présence africaine* publicou. Era um dos teóricos da revolução americana; eram George Padmore, William Dubois e Marcus Garvey. E a biblioteca era o edifício mais bonito de Accra e muitas vezes fiquei lá preso à hora do almoço, porque ninguém frequentava a biblioteca. Eu tinha consciência que a minha actividade política em Accra era muito limitada. Eu não tinha dinheiro, não tinha onde dormir, dormia em casa de um, em casa de outro, vivia ao tio-ao-tio, não tinha possibilidade nenhuma.

Não tinhas trabalho em Accra?

Lá não trabalhava, era a disponibilidade para as formações. Se eu trabalhasse ficava limitado; alguém tinha de ser sacrificado, eu abduquei da minha condição de médico e investi em Accra como secretário-geral do MLSTP. Só fazia política.

Quanto tempo ficaste em Accra?

Devo ter ficado lá uns dois anos, até ao golpe de Estado que derrubou Kwame Nkrumah, em 1966. Mas o partido não tinha consistência nenhuma e a razão era simples: os santomenses disponíveis não estavam na mesma cidade, não estavam no mesmo país. Portanto, não era possível criar uma direcção

homogénea e, o mais grave ainda, não tínhamos possibilidades de contactar o interior. Tentámos várias vezes o contacto com o interior através da Nigéria e da Guiné Equatorial. Porque, já na época colonial, existiam ligações quinzenais ou mensais entre São Tomé-Guiné Equatorial, São Tomé-Nigéria. Ora, essas tentativas falharam, portanto era um movimento que estava condenado ao fracasso. Existia, sim, do ponto de vista político, porque quando havia reuniões internacionais, apareceríamos como um partido político de São Tomé e Príncipe, mas na prática não tinha finalidade nenhuma.

Em Accra, fui conselheiro político de Kwame Nkrumah e fui redactor em chefe da revista *Fagulha*, que era a tradução em português da revista do partido *Spark* ou *Etincelle*. E em Accra também tentei, juntamente com o meu compatriota Hugo Menezes, traduzir dois livros do Kwame Nkrumah: *África deve unir-se* e *Conscientismo*. Não conseguimos concluir porque houve o golpe de Estado e os autores do golpe deram-nos 48 horas para sair de Accra, a nós e aos outros movimentos de libertação.

Depois do golpe de Estado, tu tens de sair e vais para onde?

Depois do golpe, os meus compatriotas que estavam em Accra, Hugo de Menezes, Guadalupe de Ceita e Pires dos Santos, fugiram para o Togo, não me disseram nada, abandonaram-me. Eu estava sozinho, sem trabalho, sem casa, sem perspectivas nenhuma. Milagrosamente, surge alguém da embaixada de Argélia com a proposta: quem quisesse ir para Argélia, ela aceitava. Argélia pagou-me a viagem, fiz Accra-Zurique, Zurique-Argel e fiquei oito anos na Argélia.

Eu já tinha saído do MPLA e não pus o problema sequer de ir para a Guiné ou para Moçambique. A afinidade com Moçambique era pouca; mesmo na Argélia, os moçambicanos não se aproximavam muito, e a Guiné não precisava de mim, tinha os seus quadros. Portanto, eu estava sozinho, estava abandonado e tinha de arranjar uma solução. A solução apareceu com o convite da embaixada de Argélia.

Na Argélia

Cheguei a Argel convencido de que estaria alguém no aeroporto à minha espera, mas não estava ninguém, eu estava sozinho. Tenho a sorte de encontrar no aeroporto o representante do partido político do Chade. Contei-lhe a minha história e ele levou-me à representação do MPLA, onde fui recebido por Luís de Almeida. E fiquei uns tempos nessa representação. Ele apresentou-me os camaradas da Frelimo, do PAIGC e a família de um médico angolano que também estava na Argélia, Carlos Pestana. E passei a residir em Hydra, na antiga sede da UGEAN. Não tinha dinheiro, não tinha nada, mas os camaradas do MPLA ajudaram-me, outro camarada angolano, Edmundo Rocha, também me ajudou. Estive assim uns seis meses, sem arranjar emprego. Depois comecei a trabalhar.

Até lá eras o secretário-geral do CLSTP. Vais para Argélia e como é que fica? A sede foi para Libreville, não foi?

Quando apareço na Argélia como líder do MLSTP, esse MLSTP não existia, não tinha militantes. Eu era o único santomense em Argel. Havia o Miguel Trovoadá e o Carlos Graça em Libreville, havia uns em Kinshasa, outros na Alemanha. Quando chego a Argélia, sou apresentado como secretário-geral do MLSTP, mas nessa altura o movimento já não existia. Teoricamente, sim, mas na prática não tínhamos nada.

Portanto, no tempo em que tu estás na Argélia, tu...

Sou médico. A minha actividade na Argélia é apolítica. Trabalho como médico e tenho relações culturais com Mário de Andrade e com alguns intelectuais argelinos.

Portanto, tu descreves essas relações com o Mário de Andrade como culturais e não políticas?

Sim, o Mário de Andrade também estava abandonado, não tínhamos actividade política nenhuma. Tinha, sim, contacto: por exemplo, Amílcar, quando passava por Argel. Tinha contacto com os angolanos, tinha contacto com alguns portugueses, o Fernando de Almeida, o Germano Ferreira e a Adalcina, mas eram contactos de amizade e não tanto políticos. Eu até fui contactado por um representante de Argélia, um comandante: “irmão Medeiros, quanto é que você precisa para a organização?” – Eu não quero dinheiro nenhum, não tenho actividade, não preciso. Eu trabalho e ganho e chega.

E como é que tu explicas que não havia actividade?

Porque não havia ninguém, não havia santomenses. E durante esse tempo todo de exílio, não tínhamos conseguido o essencial, que era o contacto com o interior. Não havia nada.

Não havia nada em relação a santomenses, mas tu consideravas-te bastante angolano. Por que é que tu não fazias actividade política com o MPLA na Argélia?

Porque era santomense e era líder de um movimento santomense. Eu tinha contacto com os angolanos, e porquê com os angolanos, sempre com os angolanos? Quando eu saí de São Tomé tinha treze anos, vou para Angola; de Angola venho para Portugal. Os meus contactos são com os angolanos, não tinha contacto com os santomenses, de forma que, psicologicamente, sentia-me mais angolano que santomense. Mas os angolanos não precisavam de mim na Argélia.

E o PAIGC?

Frequentei muito o PAIGC. Na ausência do representante do PAIGC, quem representava o PAIGC era eu. Eu ia lá, abria o correio, atendia o telefone. Mas, responsabilidade política, nunca tive. A minha sogra levava documentação do PAIGC para Barcelona. Ela uma vez levou um saco cheio de bobines de filmes 8 mm do PAIGC. E com Mário de Andrade, publicámos as obras todas da CONCP. Era como se o MLSTP não tivesse actividade nenhuma, não havia matéria. Eu era reconhecido como líder do MLSTP, era o seu representante, fazia contactos com as embaixadas e participei em vários congressos em nome do MLSTP.

Estava portanto muito parado e o Neto, Iko Carreira, Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, disseram-me: “Tu tens de fazer qualquer coisa por São Tomé”. Eu soube que havia uns santomenses em Berlim e em Paris. Eram santomenses que tinham acabado os seus cursos e andavam por lá para sobreviver. Fui com a Rose-Marie a Berlim contactar com o Pinto da Costa e o Fret, em 1971. Pensei: eu não aceito que um compatriota meu ande a lavar pratos para sobreviver quando ele tem um diploma. “Vocês vêm para Argélia e em Argélia arranjam emprego facilmente”. Resposta: “Queres é arranjar lacaio, não vamos”. Eles nunca quiseram participar na luta. No entanto, durante muitos meses, quem estava na nossa casa dia e noite – só não dormiam lá porque era um estúdio, não tínhamos lugar –, foi a mulher e a filha do Pinto da Costa e o Fret. O programa do MLSTP, os fundamentos, foram elaborados na cozinha do nosso estúdio em Argel, em Hydra.

Então, na Argélia a tua actividade é essencialmente profissional?

Na Argélia trabalhei como médico, fui director do centro de saúde de várias regiões - El Meftah, El Arbaa, Sidi Moussa, Baraki. Trabalhei no hospital-sanatório de Mefta, com o hospital psiquiátrico de

Blida, que era o Hospital Franz Fanon, com o professor Chaulet na luta anti-tuberculose, fui médico da embaixada de Cuba, fui médico da delegação brasileira, prestei assistência médica aos movimentos de libertação. A minha actividade médica desenvolveu-se de tal forma e criei tal prestígio que uma vez o presidente Boumédiène, numa das presidências abertas, fez-me um grande elogio e disse que eu era o exemplo do médico estrangeiro que estava em cooperação na Argélia. Portanto, fiquei satisfeito.

Eu trabalhava nessas aldeias, onde praticamente era o único estrangeiro, o resto era tudo muçulmano. E como médico, havia certos procedimentos que eu podia fazer no ocidente, não podia fazer na Argélia, e eu meti o pé na poça. Fui julgado, por uns crimezinhos na observação das senhoras. Fui chamado à câmara municipal, no tempo do poder popular: estavam presentes o presidente da câmara, o chefe dos bombeiros, os chefes todos do sítio, um tribunal popular. Falavam em árabe, na língua da terra, que eu não percebia muito. Insultaram-me e o secretário-geral da câmara, que era um argelino que tinha vivido em França, disse-me no final: “você jura nunca mais cometer este crime em relação ao profeta” e não sei quê? Eu fui julgado umas três ou quatro vezes por causa dessa história. Não se podia receitar a pílula, porque a mulher é feita para parir, mulher que não tem filhos não presta, rua! E eu receitei a pílula a uma mulher, expliquei-lhe quais eram os dias proibidos e “quando você quiser ter filhos, venha ter comigo e eu explico outra vez”. Ela foi para casa toda feliz, mostrou a receita ao marido. Recebi um grande insulto, porque se a “irmã” tomasse a pílula, não ficava grávida e ele ficava mal perante os amigos.

O centro de saúde era ao lado da minha casa, uma vivenda razoável. Tinha um defeito, era de estar em frente de uma fábrica de cimento e quando soprava o vento, ficava tudo cheio de pó. E uma vez, acabei a consulta mais cedo, entrei em casa e estava a empregada. Um homem em casa, janela fechada, porta fechada, isso era um perigo! O tribunal chamou-me de novo: «O que é que você estava a fazer com a mulher em casa?» – Não fiz nada! Um discurso tremendo e a sentença: “Nunca mais você deve se encontrar com a senhora no quarto, ou então tem de mudar, põe uma velha em vez de uma jovem”.

E tinhas também uma actividade cultural ...

Fui convidado por um amigo, Fernando de Almeida, que era professor na faculdade de Letras de Argel, a proferir palestras sobre a literatura africana de expressão portuguesa; fiz umas quatro palestras. Ao mesmo tempo que fazia a palestra, a rádio transmitia directamente do anfiteatro e no dia seguinte o jornal oficial *El Moudjahid* publicou o texto. Colaborei com um intelectual argelino, Kateb Yacine, na tentativa de publicação dos poemas de Agostinho Neto em árabe.

Na Argélia, também encontro o meu amigo Mário de Andrade que, por discordância com Agostinho Neto, teve de procurar exílio em Argel. Havia um conflito entre a corrente do Agostinho Neto, a corrente do Mário de Andrade, a corrente de Gentil Viana, a corrente do Chipenda e a corrente de Viriato da Cruz, em 1971. O Mário estava morto politicamente, toda a gente fugia do Mário de Andrade, ele não tinha trabalho, não tinha emprego, passava fome, tinha mulher e duas filhas que também passavam fome. O Mário não tinha actividade política na Argélia. Havia na representação do MPLA um indivíduo que era um verdadeiro PIDE, portava-se como PIDE. De tal forma que ele foi dizer às autoridades argelinas que os médicos angolanos que estavam na Argélia, eu incluído, éramos todos agentes da CIA. E o chefe do FLN encarregue de contactar com os estrangeiros disse: “Se os agentes da CIA são todos como estes médicos angolanos, então que venham todos para Argélia, que serão bem recebidos”.

O Mário tinha uns vizinhos, um que era extraordinário, um argelino berbere casado com uma argelina que davam comida ao Mário e alimentavam a família. E eu e o Amílcar Cabral também ajudávamos o Mário a sobreviver. Mas o Mário para mim tinha uma coisa: além do reencontro, ele tinha uma biblioteca extraordinária em sua casa. Enquanto eu não trabalhava, ia todos os dias à casa do Mário ler os livros que ele tinha na biblioteca. A nossa relação foi de tal forma estreita e interessante do ponto de vista cultural, que às três, quatro horas da manhã o Mário me telefonava, a uma distância de vinte quilómetros. Eu ia a casa do Mário discutir Althusser, Hegel, Levy Strauss, às tantas da manhã. Com ele e a pedido de Amílcar Cabral, publicámos uma antologia de poesia e prosa dos países africanos de

expressão portuguesa. Publicámos as obras todas da CONCP. Nós fazíamos a recolha dos textos e o FLN é que emprestava a impressora.

E com a viúva de Franz Fanon, que vivia em Argel, trabalhei na fixação, quer dizer na adaptação à rádio, de textos da literatura das Antilhas para serem lidos pela rádio argelina.

Então essa actividade cultural não deixava de ter um certo significado político.

Em casa do Mário conheci pessoas interessantes. Embora o Mário politicamente estivesse morto, ele tinha um grande apoio de Amílcar Cabral. Conheci lá o Costa-Gavras, o Jean Sénac, grande poeta argelino, conheci membros dos Panteras Negras e René Depreste.

E via regularmente em Argel o velho amigo Amílcar Cabral. Sempre que passava por Argel, ele gostava de ver os africanos das colónias portuguesas no aeroporto. Não por uma questão de se prestar vassalagem ao chefe, mas para ver os amigos, e todos iam cumprimentá-lo, ele gostava disso. De tal forma as nossas amizades eram fortes, que quando Amílcar Cabral passava por Argel, tinha necessariamente de visitar o Mário de Andrade. E ali discutiam politicamente a situação da Guiné. E uma vez que, por uma razão qualquer, não fui ao aeroporto, eram dez horas da noite, bate-me à porta o Amílcar Cabral e o representante do PAICG, que era o Joseph Turpin (foi meu padrinho de casamento). Outra coisa que o Amílcar fazia sempre na Argélia era, no fim das suas actividades políticas, conversas com as embaixadas, etc., reunir-nos todos num restaurante vietnamita. E uma das pessoas que viu Amílcar Cabral um mês antes de ele ser assassinado fui eu. Na esplanada do hotel Aletti, bebendo laranja, Amílcar explicou a maneira como o PAICG tentava ocupar por terra, ar e mar. Tinha possibilidades de fazê-lo. Portanto, a actividade política nessa época foi grande.

Que interesses comuns vos mantinham unidos, nessa fase em que não tinhas actividade política directa?

Discussão bonita a que assisti na Argélia, era entre o Mário e o Amílcar, que coisa fantástica! Eu já os conhecia de Lisboa e eles tinham por mim uma grande simpatia, porque o Mário faz parte de uma geração de mais velhos e entre os mais velhos e a geração da Casa dos Estudantes do Império apareço eu, mais novo, analfabeto, e eles pensavam: “vamos dar aqui uma liçãozinha ao mais jovem”. Eu era um jovem dócil e aceitava tudo. E depois, já mais velho e politizado, eu tinha em relação a Amílcar o mesmo problema: a luta armada nas ilhas. Como fazer a luta armada nas ilhas? E discutíamos sobre São Tomé, que também não tinha condições, à procura de uma solução. E como eu era interessado, gostava de ouvir e punha perguntas, nasceu esta amizade profunda.

Os angolanos não sabem o que perderam com Mário de Andrade, era um individuo extraordinário, com uma grande formação. A solução das ilhas dependia da solução do continente. Aliás, os caboverdianos não queriam a independência, queriam mais a autonomia administrativa, uma espécie de Açores e Madeira. Porque, ao fim e ao cabo, quem mandava em Cabo Verde eram os caboverdianos, havia poucos portugueses. Como consequência do seminário e do liceu, formou-se uma elite caboverdiana muito importante e até exportavam essa elite para a Guiné e restantes colónias portuguesas, onde iam ocupar lugares de relevo nas estruturas da administração colonial. Quem mandava na Guiné eram os caboverdianos. Os directores das repartições públicas em São Tomé eram caboverdianos. Em Angola eram caboverdianos. Nas ilhas tinham o sentimento da caboverdianidade e não necessitavam da tutela dos portugueses.

E como se manifestava esse problema em São Tomé?

São Tomé, sem Angola não tinha hipótese, porque não era possível haver luta armada em São Tomé, dada a estrutura da ilha. E eu defendi, e Amílcar concordava, que as ilhas só seriam independentes se a Guiné o fosse e se Angola também fosse. Havia tendências no seio dos “nacionalistas” santomenses. Uma tendência que era minha e de Hugo de Menezes defendia a integração de São Tomé em Angola, como fez a Tanganica com Zanzibar dando a Tanzânia. Havia outros que diziam que São Tomé devia ter a

independência total, cortada de Angola. Mas isso ao fim e ao cabo era teórico; no fundo, o que estava em causa era o lugar do tacho. Porque se há uma ligação a Angola, quem é que ocupa o lugar da presidência? Entre os santomenses havia candidatos à presidência. Há poucos documentos ou quase nenhuns sobre esta discussão, porque isso foi tudo feito em casa de um santomense, sem documentação nenhuma e sem a presença de órgãos da comunicação social.

A única vez que a imprensa internacional falou de São Tomé, foi num artigo de Philippe Decraene publicado no *Monde diplomatique*, e também num pequeno livro que eu escrevi sobre São Tomé, publicado mais tarde pela CONCP. Há também artigos soltos publicados no jornal *Fagulha* editado em Accra.

Mas as ilhas não eram só beneficiárias da luta das colónias continentais, também podiam contribuir para essa luta.

A ligação no PAIGC da Guiné com Cabo Verde tem duas razões. Uma razão sentimental: Amílcar nasce em Bafatá, Guiné, e é filho de caboverdianos. Por outro lado, havia razões estratégicas: se eu desencadeio a luta na Guiné e não faço nada em Cabo Verde, Cabo Verde é uma retaguarda, Portugal pode ter uma base militar em Cabo Verde e de Cabo Verde à Guiné, em poucas horas chega a aviação e bombardeia. Por essas duas razões.

E, por outro lado, há uma terceira se nós quisermos: na Guiné havia “mão-de-obra”, passe a expressão, pessoas que viviam na Guiné e conheciam o território e que podiam combater directamente. Mas não tinham formação intelectual capaz de compreender ou de utilizar a arma mais sofisticada que o desenvolvimento da luta viria a exigir. Em Cabo Verde havia pessoas mais informadas. A Guiné só muito mais tarde é que teve um liceu; na Guiné não havia quadros, os quadros que aparecem na literatura como escritores guineenses são escritores caboverdianos. A Guiné não tinha gente e Cabo Verde podia ter e forneceu-a durante a luta armada. Quando passámos da guerrilha para a guerra de posição, era preciso gente com outra formação intelectual para as armas mais sofisticadas, e quem tinha gente disponível era Cabo Verde. Na elaboração dos textos teóricos eram os caboverdianos, não eram os guineenses. Portanto, Cabo Verde é necessário por estas três razões.

São Tomé não queria a independência. Toda a gente fala do massacre de Batepá em São Tomé. Antes do massacre de Batepá, o governador Carlos Gorgulho, que é apontado como o grande tirano, etc., recebeu da parte da classe média santomense uma espada em prata com incrustação em pedras preciosas. E depois veio o massacre, e um mês depois, foram todos ao palácio receber uma condecoração do governo português pelos serviços prestados à pátria. Onde é que está a luta armada? Não havia hipótese nenhuma. Mas eu pensava, e continuo a pensar, que São Tomé só tinha viabilidade ligado a Angola. E ainda hoje, 90% do orçamento de São Tomé é pago por Angola, Guiné Equatorial, China, Taiwan e Portugal, como ajuda financeira.

Porquê o interesse desses países em ajudar financeiramente?

Angola é por uma relação de amizade; Guiné Equatorial porque vê a possibilidade de criar uma federação entre a Guiné Equatorial continente e as ilhas Malabo e Ano Bom, Príncipe e São Tomé; e Portugal pela lusofonia. São Tomé não produz nada. O cacau e o café exigem uma mão-de-obra muito importante e depois da independência cometeram o erro crasso de correr com os angolanos e o pessoal das plantações de café porque eram estrangeiros. E os santomenses não trabalham em roças, porque dizem que depois da abolição da escravatura, trabalhar nas roças é ser escravo e eles não queriam ser escravos. O lumpen proletariado abunda em São Tomé. Os grandes técnicos do café no mundo - havia dois, eram portugueses - foram para a Colômbia, porque foram corridos. Correram com essa gente toda. A agricultura santomense só pode funcionar se tiver mão-de-obra, mas têm de discutir as condições, as pessoas já não trabalham como escravos, mas como operários, e São Tomé não tem dinheiro.

No livro que escreveste sobre Amílcar Cabral, tu criticas as teses dele, a tese do suicídio da pequeno-burguesia e a da unidade Cabo Verde-Guiné. Tu dizes no teu livro que estas teses não tinham pés para andar. Mas na altura em que convivias com ele, acreditavas nisso?

Amílcar apresenta esta tese em Havana, é um discurso que ele faz na Tricontinental, e nós não a conhecíamos. Quando ele nos apresenta a teoria do suicídio da pequena-burguesia, nós até dissemos: isso é uma cópia de Marx, mas isso não dá, porque o pequeno-burguês, a partir do momento em que se habitua a usar casaco e gravata, não se suicida, não aceita recuar, perder os seus privilégios, ele não se mistura com a classe operária, não se mistura com o povo. É bonito como tese, mas na prática não funciona. Foi isso que dissemos a Amílcar.

Mas na altura em que discutias isso com ele, pensavas já que não funcionava?

Discutíamos isso. Porque era uma tese bonita, mas na prática não resultava. E viu-se, o Mário de Andrade quando foi para o Congo-Kinshasa não sabia lidar com o povo. O próprio Amílcar teve dificuldade, o Neto teve dificuldade. O pequeno-burguês, quando está lá em cima, não desce.

E esta outra tese, da unidade Cabo Verde-Guiné, quando estavas em Argel defendias a integração de São Tomé em Angola?

É diferente. Em termos de luta, São Tomé como país não tem viabilidade. Um país de 150 mil habitantes, pequeno, de monocultura, não tem viabilidade. A única solução para São Tomé, à semelhança do que fez a Tanganica com Zanzibar, era uma união. Eu via São Tomé ligado a Angola, por relações históricas, só nesse aspecto.

Agora, Amílcar, quando coloca a unidade Guiné-Cabo Verde, coloca em termos de estratégia militar. A guerra dá-se na Guiné contra o exército português, mas a guerra não é só dar tiros. O guineense conhecia a terra, tinha bravura, mas não tinha conhecimentos teóricos. E quem é que dominava a teoria, quem é que dominava a técnica? Eram os caboverdianos.

Vocês costumavam reunir-se entre as várias delegações das colónias? Vocês combinavam estratégias, combinavam posições comuns?

Não, nós recebíamos directrizes da CONCP, porque isto tudo era feito através da CONCP. Mas nós tínhamos contacto uns com os outros, éramos amigos. Conheci o grande teórico moçambicano Aquino de Bragança. Tinha boas relações com a delegação de Angola, com a delegação da Guiné-Bissau, com o PAIGC, a Frelimo e com as outras organizações africanas de luta de libertação.

E com os portugueses exilados em Argélia, também tinhas contacto?

Com os portugueses não, por uma razão simples: embora sendo representantes do sector antissalazarista, antifascista, os argelinos não compreendiam que nós, sendo combatentes de libertação de um país dominado por Portugal, mantivéssemos contacto com portugueses. Era mal visto o contacto com os portugueses. Nós não tínhamos animosidade nenhuma entre nós, até porque éramos conhecidos, só que um africano das colónias portuguesas contactando os portugueses era suspeito. E um português contactando com os africanos também era suspeito.

Conheci a Adalcina Casimiro e o Germano Ferreira e o Fernando de Almeida, éramos amigos. Eu fui convidado por um amigo nosso, José Araújo, caboverdiano, uma das pessoas mais interessantes que eu conheci nessa fase da luta armada, que tinha sido convidado a almoçar em casa do Manuel Alegre. Ele tanto insistiu comigo que eu fui também com ele à casa do Manuel Alegre, que morava em Hussein Dey, onde comemos pastéis de bacalhau com arroz à malandrinho, e eu ouço pela primeira vez Zeca Afonso. Eu fui substituir o Ruela, que estava em Mefta no sanatório como pneumologista.

Que outras relações de amizade tinhas na Argélia?

Eu dou-me sobretudo com os cooperantes franceses, que eram malta de esquerda. Encontrávamo-nos com frequência na pizzaria e discutíamos bastante, discutia-se bastante na Argélia. Mas depois começou a tornar-se monótono, porque os argelinos não abriam muito o jogo. Muito amigos fora, mas em casa não convidavam. Enquanto não conheci a Rose-Marie, em 1969, estava sozinho, ia para casa à noite, olhava para as quatro paredes, não tinha amigos, não tinha nada. Trabalhava, de tarde estava com os amigos, sobretudo do PAIGC. Só havia um guineense, Joseph Turpin. Os da Frelimo eram muito simpáticos, mas como diz o português, cada macaco no seu galho, não se misturavam. Os angolanos, havia três categorias: os da representação oficial - estava lá um homenzinho que, segundo diziam, quando esteve preso em Cabo Verde tinha um tratamento especial da PIDE, na verdade não sabemos, se calhar era um bandido. Havia os angolanos do Centro de Estudos Angolanos, que era a PIDE do Neto, andavam ali a vigiar os angolanos para ver o que faziam, e depois contar ao Neto. E depois havia a casa desse amigo médico, que trabalhava a 300 km de Argel, mas a mulher estava em Argel e é na casa dela que se reunia toda a juventude anti-regime, íamos para lá discutir. Almoçava, jantava e à noite ia sozinho para casa em Hydra. Lá não havia movimento nenhum, fechava a porta e ficava sozinho em casa. Uma vida monótona.

Não pensaste em ir para outro país?

Eu não podia ir para outro país, porque o meu passaporte era do Mudir ben Ali e o meu diploma era do Tomás Medeiros. Tentei uma vez na Suíça. Uma vez, estando de férias com um colega angolano, ele disse-me: “Eh, pá estou farto da Suíça, farto do queijo, de comer chocolate, farto de beber o leite, farto desta vida monótona, vamos brincar”. A brincadeira era arranjar emprego. Ele queria fazer a especialidade de medicina cardio-torácica. Metemo-nos no comboio, de Genebra até Neuchâtel, íamos perguntando por emprego – não há. Chegámos a Neuchâtel, onde havia uma vaga para medicina cardio-torácica, era o que ele queria e ficou. E havia uma vaga de anestesista que não tinha candidato. Já agora, como estávamos a brincar, vou lá brincar com o homenzinho. Cheguei, chamou-me o professor. – Sr. professor, não vale a pena fazer-me perguntas, porque de anestesia eu não sei nada, você não pergunta nada que eu não vou responder. “Você é o candidato ideal, responde ele, é o candidato que eu precisava. Se você já soubesse, vinha cá estragar-me o esquema; como você não sabe nada, vai aprender e entra no esquema”.

O drama era sempre o mesmo: eu tinha um passaporte argelino com o nome de Mudir ben Ali e a minha documentação era do Tomás Medeiros. Mas eu estava farto daquilo, não tinha amigos, não tinha nada, e foi a Rose-Marie que alterou completamente o esquema, deu-me outra perspectiva de vida.

Por que é que não tinhas um passaporte português falsificado, com tinham os desertores e os outros portugueses?

Eu tinha o estatuto de refugiado e tinha um passaporte argelino. Quando saí de Portugal, saí com um passaporte português verdadeiro, embora saindo clandestinamente. Em Paris, era preciso um visto para Accra e os africanos não percebiam bem a presença de um português em Accra, essas confusões políticas. Então, eu deixei de utilizar o meu passaporte português e comecei a utilizar o passaporte ganês com o nome de Kuamina Afari. Anteriormente ao passaporte ganês, eu tive um *laissez-passer* senegalês, com o nome de Semba Deba. O passaporte ganês tinha uma grande validade, toda a viagem que eu fiz até chegar a Argel foi como Kuamina Afari. Em Argel, esse passaporte também caducou e a embaixada do Gana já não renovava o meu passaporte. Eu tentei falsificar o português, mas como não tinha experiência borrei a pintura toda. E então, por intermédio do representante do MPLA em Argel, o Luís de Almeida, eu consegui um passaporte argelino com um nome argelino. Passei a ser Mudir Ben Ali, nascido em Boufarik. Os das colónias portuguesas, todos tínhamos passaporte argelino. Só voltei a ser português depois do 25 de abril.

Cheguei a ser apanhado em Paris, numa das viagens que fiz de Argel. Ao passar no controlo de passaportes, tenho a má sorte de encontrar um francês *pied-noir*. Ele viu o meu passaporte, ficou todo feliz da vida, começou a falar-me em árabe. E eu ia dizendo umas coisinhas. E ele: eh pá, você é um árabe que fala pouco, fala mal. – Pois, o meu pai era comerciante e não queria que eu falasse... Lá arranjei uma desculpa qualquer. Quando ele começa a folhear o passaporte: Boufarik? Você não se lembra do fulano tal? – Mohamed? Sim, eu sei quem é. – Esse tipo era malandro, namorava as miúdas todas. O polícia era “meu primo”. Ele sai do cubículo, dá-me um grande abraço, “Primo! Está aqui a minha morada; você não arranja confusão, amanhã ou depois eu vou contactá-lo e vamos comer um bom couscous em minha casa.”

Queres contar como conheceste a Rose-Marie?

Foi a grande descoberta da minha vida. Eu estava na sede do PAIGC, uma tarde, sossegadinho a mastigar as minhas angústias, a minha frustração, e aparece uma jovem a pedir um certificado médico, porque tinha um exame na faculdade e tinha de faltar nesse dia porque trabalhava de dia e estudava à noite. Ela não tinha a ideia do que era o PAIGC, mas conhecia uma jovem representante da União dos Povos dos Camarões; conheciam-se da faculdade. Essa camaronesa disse-me: «Olha, esta moça precisa de um certificado médico; ela fica aqui, mas cuidado, vocês africanos têm a mania de engravidar as mulheres e depois deixam cair...» – “Sim, está descansada que eu aqui sou médico, sou bom rapaz sossegadinho”. E já lá vão 45 anos.

O conhecimento da Rose-Marie também mudou o teu leque de contactos na Argélia?

Através da Rose-Marie, que estudava na faculdade e trabalhava na representação comercial da embaixada de Cuba – fazia traduções e dava aulas a um diplomata norte-coreano –, conheci uns colegas dela da faculdade e entre eles havia o Kader e a Zoubida, que conheciam o Kateb Yacine, o grande escritor argelino. Nessa altura ele estava a ensaiar a peça dele, *O homem de sandália de borracha*, e conversámos, falámos da nossa literatura e combinámos traduzir os poemas de Agostinho Neto de francês para o árabe. Traduzimos o primeiro e a coisa estava bem encaminhada, quando fui chamado à sede do partido argelino onde o representante do FLN queria falar comigo: “Irmão Medeiros, você sabe qual é o seu estatuto cá no país?” – “Sei, sou exilado político.” – “Tenha cuidado que você anda a frequentar pessoas esquisitas, muito perigosas”. Compreendi o que eles queriam dizer e afastei-me do grupo do Kateb Yacine.

Mas foram momentos agradáveis na Argélia. Naquela altura era a capital do “terceiro mundo”. Havia uma pizzaria na praça Emir Abdel-Khader, íamos lá comer uma pizza e depois íamos à cinemateca, que apresentava bons filmes franceses. Havia uma vida cultural e política muito activa em Argel, porque cada embaixada tinha a sua semana de cultura e nós frequentávamos muito essas actividades.

O 25 de abril e a independência das colónias

Como é que tu viveste o 25 de abril?

Quando se deu o 25 de abril, soubemos pelo Fernando de Almeida, colega de trabalho da Rose-Marie na faculdade.

Nessa noite ou na noite seguinte, eu conheci o Colaço, um angolano nosso amigo que era professor de matemática na faculdade. Era representante da rádio Renascença e entrevistou-me sobre o 25 de abril. Eu perguntei-lhe, ele disse-me os nomes da Junta de Salvação Nacional. E pensei que com esses nomes não ia dar certo, não podia haver revolução.

Eu estive na Argélia até ao 25 de abril. Depois seria a independência e a minha função era regressar às colónias. Passámos por Luanda em março de 1975, a caminho de São Tomé, e ficámos lá uns dias porque não havia avião no próprio dia. Queríamos ver como estava a situação, foi uma viagem de reconhecimento, e fiquei entusiasmadíssimo. Luanda tinha uma vida muito activa.

A chegada a São Tomé foi triunfal. Em África, naquela altura, como a vida era monótona, o dia da chegada do avião e do barco, era dia de festa. Fui recebido quase como um herói. Eu não via os meus pais há mais de dezassete anos. E em São Tomé não havia esta confusão que havia em Luanda, a vida estava calma. Como o meu irmão tinha uma posição socialmente boa, era director de um banco, não faltava nada em casa. E o meu pai era das pessoas mais conhecidas em São Tomé.

Fomos bem recebidos. Da casa do meu pai até ao cais são cinco quilómetros; viemos com a orquestra atrás. Eu tinha perdido o contacto real com São Tomé desde a minha partida. Era convidado por uns amigos, fazem um bom jantar, um bom almoço, boa música, mas conhecimento real da terra, perdi, perdi o contacto todo. Não pensei em instalar-me lá depois da independência, porque não tinha referências.

Nunca pensaste voltar a viver em São Tomé?

Voltar a São Tomé... Tu saís com a idade de treze anos, não fica nada na retina. Eu disse à Rose-Marie várias vezes e é verdade: as festas de natal, a páscoa, gente amiga... eu comecei a sentir essas festas por causa da Rose-Marie. Porque aos treze anos, esses natais na minha casa não se festejavam, os meus pais não eram pessoas de dinheiro. Bolos, por exemplo, na minha casa não se comia; eu comia bolos porque ia à igreja, à missa, e havia uma pessoa que vendia pão-de-ló. Na minha casa não havia condições. E quando vou para o colégio, lá também não havia. É em Portugal que eu começo a festejar o natal e o ano novo, na Casa dos Estudantes do Império. Ora, regresso a São Tomé, qual é a minha origem? Eu estava ao pé do meu pai, ficávamos ao lado um do outro, não tínhamos conversa. Eu sabia que era seu filho, ele sabia que era meu pai, mas não tínhamos conversa. O que é que eu ia fazer a São Tomé?

E depois, os santomenses foram chatos comigo. Na Argélia, eu era o representante do MLSTP, é verdade, mas eu tinha consciência e os outros movimentos tinham consciência, de que aquilo não funcionava, e pôs-se a hipótese de se formar um novo MLSTP, o MLSTP2, em 1972. Eu contactei Amílcar Cabral, Agostinho Neto, pedi apoio, que me pagassem a viagem de avião até Malabo, Santa Isabel, na Guiné Equatorial, fiz as diligências todas. Marcaram a data do congresso, que correspondia à data em que a Rose-Marie devia dar à luz. Eu disse: não façam isso, é o meu primeiro filho, a minha mulher está cá sozinha, não tem família, os pais não podem vir, eu não a vou deixar dar à luz sozinha. Marcaram para uma semana depois. Entretanto, a minha sogra tinha conseguido organizar a vinda e estava disposta a vir ter connosco a Argel. Era o governo argelino que devia pagar as passagens e a agência da Air Algérie era no rés-do-chão do prédio onde estava a sede do PAIGC. Eu, como trabalhava, pedi a um dos santomenses que estava lá: vais à agência, pedes o teu bilhete e pedes também o meu. Ele pediu o dele, não pediu o meu. Eu chego à agência: o meu bilhete? – Tu não tens cá bilhete nenhum. Acabaram por me aconselhar: você leva o bilhete, passa por Paris e em Paris vê se dão um jeitinho e vai até aos Camarões. O tipo dá-me o bilhete. Eu vou até Paris, vou até ao aeroporto do Bourget, que era o que fazia a ligação com os Camarões. – Você não tem lugar; espera um bocadinho, se houver uma desistência, você vai. A espera durou pouco tempo. “Senhor Mudir ben Ali!” O Mudir ben Ali apresenta-se, faço o check-in, entro, mais dez ou vinte minutos: “Você tenha paciência, é este senhor, já apareceu”. Perdi o avião e só havia avião duas vezes por semana, tive de esperar dois dias para apanhar o segundo. Quando apanho o segundo, chego ao aeroporto de Malabo, já tinham feito a reunião. Fizeram a reunião, nomearam a direcção; nem sequer militante eu fui considerado.

Mas por que é que fizeram isso?

Fizeram isso porque havia várias pessoas interessadas no tacho. Eram santomenses que estavam na Europa e em África, não tinham passado anticolonialista. Eu não sou escolhido, nem sequer militante sou; tinha de fazer um pedido para ser militante. Eu fui abandonado.

Veio o 25 de abril, dá-se a discussão com uma comissão qualquer que queria discutir a independência. Fizeram-na na Argélia, eu estava lá, não me informaram da reunião. Eu soube porque na delegação portuguesa estava um escritor e jornalista português que eu tinha conhecido em Coimbra, Fernando Assis Pacheco, e o Aquino de Bragança. Eles perguntaram: “eh, pá, tu não estás lá?”

Fui a São Tomé, passavam por mim, nem uma palavra, não me cumprimentavam, não me davam importância. Formam o governo definitivo depois da independência, o presidente manda um indivíduo a minha casa em Arruda dos Vinhos com a proposta de três pastas. Mandeí-os passear. Era ministro da justiça – “Eh pá, eu não tenho formação jurídica, não quero ser ministro da justiça coisa nenhuma”; ministro da informação – não havia nem rádio nem jornal. “Eu não estou interessado nisto!” Foi assim que me afastei de São Tomé, nunca mais quiseram saber de mim, eu também não quis saber deles.

Tu sempre aceitaste os cargos que te designavam; diziam-te: amanhã tens de ir para França – a fuga dos cem – e tu aceitavas. Diziam-te: depois de amanhã tens de ir para Accra para tomar a direcção do MLSTP, e tu ias. E quando, depois da independência, se chegam ao pé de ti e dizem: olha, temos aqui três pastas à escolha, queres ser ministro de quê? Tu recusas, porquê?

Nós andámos na construção do MLSTP, vem a independência, o MLSTP toma o poder, fazem a distribuição das pastas e as piores, que já ninguém queria, é palha que me dão. Não quero, não preciso do vosso governo.

Imagina que te ofereciam uma pasta mais interessante, o Ministério da Saúde, por exemplo. Tu aí aceitavas?

Não, não aceitava. Porque já sabia como eles eram, o comportamento que tiveram comigo; depois de Santa Isabel isso provou-me que não era gente séria. Eu não estava interessado em trabalhar com estes indivíduos, porque eles deram provas de que não eram sérios, não eram honestos. E se eu andasse à procura de uma pasta, aceitava tudo, mas não me interessava a pasta, mandei-os passear.

Voltamos então a Argélia. Depois da viagem de reconhecimento a Luanda e São Tomé, em março de 1975, vocês regressam a Argel?

Regressámos a Argélia e pensámos partir para Angola em outubro de 75. Mas uns amigos que já tinham voltado para Portugal, o Germano e a Adalcina, disseram-nos que a situação em Angola estava muito mal, que não nos devíamos meter em tal coisa com as filhas ainda pequenas; a mais nova não tinha ainda dois anos. Tinha surgido a guerra entre os três movimentos no verão. E o Germano, que era médico, disse que havia um lugar no hospital de Vila Franca. Então, como as nossas bagagens não tinham ainda partido de Argel, não sei como, demos ordens de as mandar para Lisboa.

Como foi então a vossa vida em Portugal?

Arranjei um emprego em Vila Franca de Xira e no centro de saúde de Arruda dos Vinhos. Houve uma tentativa de me nomearem director do hospital de Arruda dos Vinhos, mas havia lá um médico que era anti-comunista a cem por cento, e quando soube que eu tinha vindo da União Soviética, fez uma propaganda: «cuidado que este médico é comunista, é perigoso», e eu não fui nomeado director como estava para ser. Num primeiro momento fiquei no hospital de Vila Franca de Xira, no serviço de urgência e depois saí do hospital e fui nomeado – teoricamente, porque não há nenhum documento a dizer que

eu era director – fui director do Centro de Diagnóstico Pneumológico, sobretudo da luta anti-tuberculose. Estive lá a dirigir o centro, que era o CLAT e depois passou a CDP.

Nesta fase, a situação em Portugal ainda estava quente. Na Arruda dos Vinhos formaram-se dois grupos na comissão de moradores. Havia um grupo dos comunistas e socialistas, outro grupo de CDS e PPD. Eu conseguia ser aceite pelos dois grupos. No telhado da minha casa havia todas as noites dois indivíduos da comissão de moradores com metralhadoras, por altura do 25 de novembro, a vigiar os movimentos. E os taxistas já estavam avisados: sempre que me chamassem para uma consulta domiciliária à noite, eu ia à frente e o taxista atrás, para vigiar para onde é que eu ia. Se houvesse algum problema, o taxista imediatamente chamava a polícia para tomarem conta de mim. Era a comissão de moradores que me protegia. Isto porque eu era um médico muito querido na Arruda dos Vinhos e depois era médico comunista. Não sabíamos isso na altura, muito depois é que nos contaram.

Em Vila Franca de Xira, onde trabalhei no serviço de urgência, havia um médico que era do MRPP. Quando soube que eu era comunista, chamou-me de agente do imperialismo soviético. Então organizaram uma sessão de esclarecimento em que se ia falar do marxismo-leninismo, do MRPP e do PCP.

Passado um tempo, tentámos Angola. Pensei: “Estou ligado a Angola, tenho amigos da Casa dos Estudantes do Império, amigos da luta, vou para lá ...” Em julho de 1976, embarquei numa aventura, com a Rose-Marie, com as duas miúdas, sem um tostão na algibeira, sem uma referência.

Quando anunciámos a nossa partida, tive dois jantares da comissão de moradores: um da esquerda, outro da direita. Foi um jantar impressionante, o do Partido Comunista. Além desses jantares, os amigos de Arruda dos Vinhos prepararam as nossas bagagens e há um que fez um caixote cheio de amostras de medicamentos e várias garrafas de vinho, porque Arruda dos Vinhos tinha um vinho rosé muito famoso, vinho americano. Chego a Luanda com uma garrafa deste tamanho, era o menino querido porque tinha bebidas.

Tu tinhas ambições políticas, no bom sentido, de querer participar nas lutas pela independência? Foi um golpe duro para ti o afastamento do MPLA e depois estes problemas com São Tomé?

Golpe, não, porque eu já estava preparado. À medida que a luta ia avançando, a gente ia vendo as coisas. Em São Tomé, eu não tinha hipóteses, não tinha raízes em São Tomé, e os santomenses que estavam no exterior não me inspiravam confiança nenhuma. Portanto, não ia meter-me na boca do lobo, sabendo de antemão o que eles estavam a preparar. E a reunião de Santa Isabel provou tudo: o senhor Medeiros é indesejado.

Eu fui para Angola por uma razão sentimental. Quando vim para Portugal, estive sempre com os angolanos, lutei com Angola. E chego a Angola, fico desiludido, os angolanos mandaram-me passear. Mas isso não me afectou muito, é natural. Se eu tivesse ambição política, sofria. Mas era ingénuo, queria lutar por um ideal. Se eu quisesse ser ministro ou presidente ou coisa parecida, ficava todo triste. Não fiquei.

Não estou a falar de ter um cargo ou um tacho depois da independência. Estou a falar de, durante a luta pela independência, teres podido continuar dentro do MPLA, teres continuado a militar e a influir na luta pela independência. Ou depois, teres conseguido ter um grupo político ou activo a favor de São Tomé. Quer dizer, teres tido uma militância que não te deixaram ter, porque te afastaram.

Eu fui sempre marginalizado. Quando chegámos a Luanda, foi uma loucura da nossa parte. O que é que a Rose-Marie tinha a ver com Angola? Nada. Ela interessou-se por Angola porque era minha esposa. Fomos com uma filha de três anos e meio e outra de dois anos.

Em Angola independente

A minha experiência em Luanda foi péssima. Não tínhamos sequer um centavo na algibeira, não tínhamos uma única morada. Porque eu estava convencido – essas ingenuidades, movimento revolucionário, camaradas e não sei quê -, que chegava a Luanda e estava no aeroporto um camarada sentado numa mesa: “você quem é?” “– Sou o Medeiros.” “– Eh pá, você vai ficar aqui ou aqui...” Não apareceu ninguém.

E com tanta sorte, que apareceu um indivíduo que era sogro de um grande amigo meu caboverdiano: “o que é que vocês fazem aqui?” “– Estamos à espera dos camaradas do MPLA.” “– Aqui não há camarada nenhum!” Ele é que nos albergou e só ao fim de poucos dias é que o meu irmão apareceu, porque esse meu amigo lhe telefonou. Ficámos uns meses em casa do homem, naquelas vivendas angolanas, com um jardinzito cheia de plantas, enquanto procurávamos trabalho e casa. Eu estive seis meses à espera que reconhecessem o meu diploma. Fomos muito mal tratados em Luanda.

Os amigos abandonaram-nos. Só três casais nos receberam: Luís de Almeida e a mulher Karin, que era uma alemã; o Augusto Pestana e a mulher; e o Fernando Octávio e a mulher. Ninguém mais nos recebeu das pessoas com quem tinha convivido na Casa dos Estudantes do Império e na luta; uma delas era o Lúcio Lara. O Lúcio Lara fazia 300 km comigo de camioneta, de Brazzaville a Dolisie. Durante a viagem, ele contava-me a sua vida toda. Parávamos no meio da estrada para deixar passar as gibóias, porque ali não havia espaço para leões e tigres, e não havia rios para os jacarés. Havia gibóias e cobras.

Como sentiram vocês as dificuldades da vida quotidiana em Luanda?

O meu irmão estava bem instalado na vida, a minha sobrinha era esposa do secretário-geral da presidência. Gabava-se de ter uma colecção de cinquenta garrafas de whisky. Fazia viagens e trazia grandes peças de carne; nem uma fatia deu às sobrinhas. Esse meu irmão veio passar férias a Portugal e eu disse-lhe para ir a Arruda cumprimentar lá as pessoas. Chegou e instalou-se em casa de outras pessoas. E quando ele partiu, os nossos amigos deram-lhe chocolates e bolachas para as miúdas, ele chega a Luanda e diz: “isto é para dividir”. A Rose-Marie disse-lhe: “Não divido nada, vai-te embora, isso é para as minhas filhas!”

O Paulo Jorge, que era grande “amigo”, nos chamava de irmão, cunhada, uma vez convidou-nos a sua casa. Fomos lá, a Rose-Marie e eu e mais um casal angolano. Toda a tarde em casa do Paulo Jorge, nem um copo de água nem um café. Até que ele disse: vocês agora vão-se embora, que eu estou à espera de uns cubanos. Pôs-nos na rua, e o Paulo Jorge na Argélia estava sempre em nossa casa.

Aquilo era uma coisa tremenda, passámos fome. Eram bichas todos os dias, de horas, para obter latas de conservas e pouca coisa mais. No supermercado não se encontrava nada. Descobrimos um comerciante português, uma botecazita, que tinha lagosta e caviar, duas coisas que os angolanos não consumiam, essa é que era a nossa safra. O caviar dinamarquês era mau, mas era o que a gente comia. Uma vez no natal apareci com seis galinhas vivas; o hospital e o dispensário davam três galinhas a cada médico. Outra vez, também estávamos na bicha à espera da vez para comprar a carne, vem um FAPLA, não espera, entra lá dentro!

Uma vez – já a Rose-Marie tinha ido com as nossas filhas para Barcelona, para casa dos pais que tinham regressado depois de trinta anos de exílio, porque a mais nova tinha grandes crises de asma –, passei seis meses sem ver carne nem peixe. O meu jantar era água quente e uma pedra de açúcar. Um dia, um amigo disse-me: “Vamos a uma festa”. “Qual festa? Não vou”. Ele acabou por me levar à festa. Havia uma mesa comprida, cheia de comida. Eu estava cheio de fome, de saudades de carne, sentei-me, comecei a comer carne. Havia whisky, cerveja, champanhe, havia tudo. Aquilo era a entrada, e quando começaram a servir os pratos todos...

Era ver aquela gentinha, aquele luxo. Doía, porque nós tínhamos lutado por um ideal e aquele ideal desapareceu completamente. Ao fim desse tempo todo, eu estava sozinho, sem a família, passava fome, não tinha amigos, não me sentia realizado profissionalmente; o que é que estava a fazer em Angola?

Uma vez à noite, estava no meu quarto a ler, sentado diante da janela, senti um estoíro, era uma bala daquelas grossas, passou-me a dez centímetros da minha cabeça.

Procuraste integrar-te numa actividade política ou desististe rapidamente ao ver-te marginalizado?

Em Angola, não fui integrado politicamente, integraram-me como médico, eu não tinha actividade política, era médico no sanatório. Disseram-me mais tarde que eu era director, mas nunca soube que era director. Era um pouco como quem diz: fica lá como director e não chateies ninguém.

Durante esse período, como médico, tive uma actividade interessante. Eu quis “revolucionar” o sistema de luta anti-tuberculose em Angola, que não existia. E escrevi um livrito de umas cinquenta páginas, que era a *História da tuberculose em Angola*, e propus um modelo de luta contra a doença. Por outro lado, o hospital estava bem apetrechado, tinha melhor apetrechamento que o hospital de Santa Maria e com dois médicos angolanos que tinham feito cirurgia cardio-torácica, um na Suíça e outro na Holanda, quisemos abrir um centro de cirurgia cardio-torácica em Luanda. E tínhamos também uma anestesista. Só que o projecto não foi avante porque deu-se o golpe de Nito Alves e eu vim-me embora.

Qual é a tua opinião sobre a revolta de Nito Alves, em 1977?

Eu soube da revolta do Nito Alves no dia em que ela se deu. A minha casa ficava perto do largo de Maianga e eu vi uma grande movimentação das tropas no largo, mas não sabia de nada, porque em Angola, essas movimentações e os tiros eram frequentes. Sabia que havia contestação ao Agostinho Neto, mas não sabia que naquele dia tinha havido uma tentativa de golpe de Estado, que foi salva com a ajuda dos cubanos. Depois, não sei, todo o resto deu-se sem que eu pudesse acompanhar.

Depois de perceberes o que se estava a passar, tomaste partido nessa altura?

Não, porque eu apercebi-me da movimentação política perto da minha casa de manhã, quando estava a preparar-me para ir trabalhar. Mesmo assim, saí, passei por uma barragem de polícia, não me chatearam. No regresso, estava tudo calmo, como se não tivesse acontecido nada em Luanda. O pior surgiu depois dessa tentativa, foram as buscas, iam a tua casa, apanhavam-te e matavam-te. Como eu não era activo do MPLA, não se preocuparam comigo.

Ainda fui preso uma vez, eu e o Manuel Lima, não porque estívéssemos a participar nalguma actividade. Ele era angolano e tinha de ir ao Serviço de Estrangeiros porque viajava com um passaporte canadiano. Eu tinha que ir ao Ministério da Saúde. Ficava na mesma rua e fomos juntos, cada um foi tratar do seu assunto e devia esperar pelo outro quando estivesse despachado. Quando saí fui preso. Um comandante - que um mês antes da independência de Angola tinha recebido em minha casa em Argel, tinha-lhe oferecido um grande almoço -, o tipo apanha-me em Luanda, sem mais nem quê, prende-me. Estava bêbedo, drogado como sei lá o quê, e prendeu-me. A minha sorte foi terem-me posto em residência fixa, se fosse na prisão já cá não estava. Ali matavam, não havia julgamento nem nada.

Quais eram as principais críticas que tu fazias a Angola?

Aquilo era a ditadura direitista de Neto. Quem estivesse contra ele apanhava e apanhava duramente. Houve vinte mil mortos. O Videira esteve três anos preso, sem julgamento.

Como é que indivíduos que antes da independência eram tão revolucionários, tão pró-chineses, pró-soviéticos, e agora... Se não fosse a União Soviética, não éramos independentes. Tudo vinha da União Soviética, as armas, o sal, o arroz, os cigarros, tudo vinha da União Soviética. Sem a URSS, a guerra em Angola não durava uma semana. E os quadros formados, a malta hoje esquece tudo isto. O “Zédu” não

queria um socialismo qualquer, era o “socialismo científico”. É como essa malta do leste: antigamente eram todos comunistas, o Putin e outros, e hoje, viraram completamente.

Eu compreendi que estava a perder o meu tempo e o socialismo, ... não havia socialismo nenhum. O Agostinho Neto, aquilo era uma mentira autêntica, era tão corrupto e ladrão como os outros. E mais o isolamento e as saudades da família, então vim-me embora, em outubro de 1977. Não tinha futuro em Angola. Eu pensei que pudesse ir logo a seguir à Rose-Marie, mas puseram-me entraves. Só ao fim de nove meses é que consegui que me dessem o visto de saída.

No momento em que eu ia sair de casa para o aeroporto, o meu irmão que estava em São Tomé telefonou-me a dizer: a mãe morreu e estamos à tua espera para o enterro. Só que eu não fui, porque tinha o bilhete comprado e não havia ligação diária, só ao fim de três ou quatro dias. Portanto não interessava ir três ou quatro dias depois, porque em São Tomé não havia uma câmara mortuária onde deixar o corpo da minha mãe.

Como foi o teu regresso a Portugal?

Tive sorte, quando cheguei a Portugal, voltei ao meu lugar de director do Centro de Diagnóstico de Pneumologia e no hospital de Vila Franca de Xira. Como tinha deixado boa impressão, voltei para os meus trabalhos. A Rose-Marie arranhou lugar no liceu francês, as miúdas ficaram no liceu francês e eu no hospital de Vila Franca de Xira. Mas fiquei pouco tempo, porque entretanto apareceu a mulher do director, que tinha a mesma especialidade. Eu e outros médicos que não estávamos efectivos acabámos por ser despedidos.

O meu pai ficou em São Tomé depois de a minha mãe morrer, mas mais tarde os meus sobrinhos insistiram tanto que ele acabou por vir para Portugal. O problema dele é que tinha a sua vida organizada em São Tomé. Saía de casa de manhã, ia trabalhar; depois de trabalhar tinha os seus amigos. Ele chega a Portugal, cá em casa não podia ficar, porque nós saíamos e ele não queria ficar sozinho em casa. E os meus sobrinhos também não souberam apoiá-lo. Ele morreu de tédio, morreu de doença.

Que balanço fazes das independências das antigas colónias portuguesas?

Há que ter em conta um problema: o que é a África? Nós podemos dizer que só há revolução quando o sistema atinge o máximo das suas possibilidades e pede mudança. A questão que se põe é: a África pedia mudança naquela altura? Por outro lado, a estrutura social em África. Antes da independência, Angola, São Tomé, Guiné, etc. eram nações ou eram Estados? Esse é o problema que se põe. Depois, também, a natureza da colonização nesses países. Nos países anglófonos, a estrutura feudal anterior à presença colonial persistiu. Os negros tinham grandes propriedades, eram donos.

Nas colónias francesas, não havia grandes propriedades agrícolas, mas havia uma intelectualidade. O Senghor é membro da Academia francesa. Alguns presidentes africanos foram professores universitários em França, tinham formação intelectual. Não lutaram contra a presença colonial, porque eles não foram fustigados pela colonização. Eles não eram contra a França porque já tinham privilégios no período colonial.

O caso das colónias portuguesas é diferente. Quando veio a independência de África, os colonizadores desaparecem e os africanos que na altura conseguiam silenciar as suas ambições, porque havia a presença colonial, apareceram a exigir também o seu lugar na partilha do bolo. Depois da independência, o que é que fizeram? Esqueceram o povo. Nunca quiseram saber do povo. O povo continua a viver na miséria. Pior ainda, porque aquelas pequenas propriedades agrícolas que o povo tinha, tudo isso foi destruído. E então podemos dizer: antigamente vivia-se melhor.

Os filhos desses africanos ricos começaram a desencadear essas lutas “tribais” – não eram lutas tribais, a corrupção entrou, a guerra continua. Esses vivem melhor. Estes dirigentes africanos são todos milionários, têm dinheiro na Suíça, na Inglaterra, em França, em Portugal, numa série de sítios. Mas o

povo está na miséria, o povo vive pior. Em São Tomé havia escravos, mas depois da independência, o que é que aconteceu? Miséria total. Hoje em São Tomé há fome, antigamente não havia fome.

A independência era necessária, não tínhamos nada que ser colonizados. Agora, o que é que a independência trouxe? Os colonos que controlavam a situação, impediam a revolta dos negros, desapareceram, e os negros apareceram a pedir também o seu lugar. Todo o negro hoje quer ser presidente, quer ser ministro, quer ser embaixador, quer ser milionário. Não há um conflito ideológico mas de tacho. Esses ganharam com a independência. O povo continua na miséria, porque a base de sustentação desse povo desapareceu, as suas pequenas propriedades desapareceram.

A independência era necessária, mas nós não soubemos utilizá-la em proveito do povo. No tempo colonial havia, sobretudo nas cidades, uma classe média negra que ocupava os lugares de chefia na administração pública. Hoje em dia são directores, ministros, embaixadores. A base existia, eles estavam predispostos a ser corruptos e os corruptores, as potências ocidentais, aproveitaram-se dessa situação. O povo não existe como força política. Quem aproveitou, foi essa camada média superior que já no tempo colonial existia. Silenciavam as suas ambições porque em cima estava a potência colonial, estava o exército português. Quando o exército sai eles estão livres.

Em Moçambique, quem fez a guerra no terreno? Foram os negros. Depois da independência, o que é que fizeram? Os quadros superiores da Frelimo, que eram brancos, mestiços e indianos, foram todos para a rua. E essas duas tendências negras, uma do norte e uma do sul, que nós chamamos tribos mas que são nações, cujas ambições adormeceram no período colonial, reaparecem. E tens a tendência Guebuza e tens a tendência Dhlakama. Como é que vais conciliar estas duas tendências? Em Angola, a Unita e o MPLA. O MPLA é na capital em Luanda; a Unita e a FNLA não têm expressão política porque são do interior. E o povo que eles teoricamente controlam não tem expressão política, não tem força reivindicativa. Em São Tomé é a mesma coisa. Tens a tendência Pinto da Costa e a tendência Trovoada. O que é que os separa? É o poder, não é uma guerra ideológica.

Angola não se desenvolve culturalmente. Em Moçambique vão surgindo uns intelectuais, Mia Couto, etc. Quem é que lê Mia Couto em Moçambique? Uma minoria muito pequena.

Em Portugal, tu tens um partido bom ou mau, tens um partido que mobiliza as pessoas, tens eleições, tens a televisão, vais à televisão e falas. Em África não falas, não vais à televisão; mesmo quando vais à televisão e falas, quem é que tem televisão em África? Não há luz. Esse é que é o drama. E quem é que continua a explorar as riquezas africanas? Por que é que a matéria-prima não é transformada em África? Angola é um grande produtor de petróleo, por que é que não faz a refinação de petróleo em Angola? Por que é que não cultivam, por que é que são os chineses a cultivar em Angola? A agricultura familiar não dá nada, é um passatempo.

São Tomé tem mais de 200 quadros superiores em Portugal, para uma população de 180 mil habitantes. Por que é que não regressam à terra? Nos hospitais tens uma série de médicos africanos, por que é que não regressam aos países de origem? Vais à Guiné Equatorial, criticas o presidente, no dia seguinte liquidam-te, atiram-te para o rio para os jacarés. Com gente assim não fazes a revolução em África.

Cabo Verde tem quadros muito bons, as universidades são de muito bom nível, tem gente muito experiente. O problema é que é um país pobre. O futuro de África é um futuro muito sombrio. E nós falamos de tribos e de etnias. Tudo isso são invenções. São nações coladas umas às outras. Quando se deu a partilha de Berlim fizeram isso: isto é para ti, isto é para mim. Tens a Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Guiné Equatorial, são três países diferentes, mas são a mesma família, porquê três países diferentes? O sul de Angola não é Namíbia? O norte de Angola não é Congo? O que é que Cabinda tem a ver com Angola? Nada, não tem fronteira nenhuma. Há um tratado de Simulambuco, que foi assinado com Portugal em 1885, que dava a Portugal a administração do território de Cabinda. Mas Cabinda tem petróleo, a floresta de Maiombe é riquíssima; se não fosse isso Cabinda já era independente há muito tempo.

Tiveste actividade política quando regressaste a Portugal?

Em Portugal, fiz parte da lista eleitoral do PCP duas vezes para a câmara municipal de Vila Franca de Xira, mas eu recusei a terceira vez. Nas duas primeiras, eu dei a cara como candidato não elegível, mas como era muito conhecido em Vila Franca, acharam que eu devia dar a minha contribuição. A população vinha ter comigo: “ó doutor, eu vou votar no seu partido”. “– Porquê?” “– Se o sr. está nesse partido é porque o partido é bom”. Mas eu depois chateei-me com os comunistas e quando apareceram para o terceiro mandato, eu disse-lhes que não.

Quando voltámos de Angola, cortei com África, cortei com São Tomé. Cortei com Angola e pensei que tinha de defender a minha família, o meu prestígio profissional e passei a fazer a minha vida pessoal.